

**UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GUSTAVO HENRIQUE MARTINS PRESTES

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA, A RELAÇÃO COM O CAPITAL
FICTÍCIO E SEUS IMPACTOS DISTRIBUTIVOS**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

Gustavo Henrique Martins Prestes

**A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA, A RELAÇÃO COM O
CAPITAL FICTÍCIO E SEUS IMPACTOS DISTRIBUTIVOS**

Monografia apresentada
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial
à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas

Orientador: Professor Dr. Wagner Leal Arienti

Co-Orientador: Professor Wolney Roberto de Carvalho

**FLORIANÓPOLIS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir nota 7,0 ao acadêmico Gustavo Henrique Martins Prestes na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Vagner Leal Arienti
Orientador

Prof. Msc. Wolney Roberto Carvalho
Co – Orientador

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer: primeiramente a minha família, que além do companheirismo de sempre também serviram de suporte emocional, financeiro e psicológico para a conclusão dessa jornada de estudos, e dividem comigo o mérito deste trabalho; aos trabalhadores da UFSC que tornaram esse curso realidade; aos técnico-administrativos e professores dedicados, que facilitaram muito esses cinco anos de convivência; aos amigos de movimento estudantil e meio acadêmico, onde nossas conversas e indagações serviram como questionamentos da realidade ao meu redor, criando a experiência da crítica em meu cotidiano, e tecendo a verdadeira vida acadêmica; lembro com carinho da importância da Fer e da Belinha em grande parte desse percurso; ao Leo e sua família (Dona Inês, Seu Bernardo, Gui, Rodrigo e Fernanda; que foram sem dúvida a minha família em Florianópolis); a Cibelle pelo companheirismo nas madrugadas estudando e escrevendo essa tese aos fins de semana, e aos amigos e amigas de bares, de futebol, de repúblicas, de sentimentos, que vivenciamos momentos maravilhosos juntos.

A todos, muito obrigado...

RESUMO

PRESTES, Gustavo H. Martins. **Evolução da dívida pública brasileira, a relação com o capital fictício e seus impactos distributivos.** Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

O sistema capitalista mundial foi constituído historicamente a partir do desenvolvimento do seu modo de produção, as estruturas e características desse processo embrionário foram expandidas, formando as economias nacionais. Os meios de expansão e acumulação de capital também sofreram modificações, sempre buscando novas formas de aumentar sua valorização. O avanço do sistema capitalista, que tem como um dos alicerces a predominância dos aspectos financeiros como determinantes das relações econômicas traz consigo uma série de impactos no que concernem as finanças nacionais. A emissão, estruturação e consolidação dos títulos e do mercado da dívida pública brasileira vêm respeitando as diretrizes do capitalismo mundial. Ao mesmo tempo em que financia o estado, a emissão de títulos comprados pelo capital portador de juros serve como mantenedor de altos índices de expropriação de excedente econômico, respeitando uma divisão social e internacional do trabalho, dos rendimentos e da hierarquia de poder que são encontradas no sistema-mundo da economia capitalista. Este será o foco do trabalho, articulação do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial de reprodução, e como ele direciona o desenvolvimento dos estados nacionais e cria mecanismos de perpetuação de sua acumulação através de títulos de dívida pública inseridos no mercado financeiro mundial.

Palavras-chave: títulos da dívida pública; sistema financeiro; capital fictício; desenvolvimento nacional; impactos distributivos.

ABSTRACT:

The global capitalist system was established historically through the development of its mode of production, structures and characteristics of the embryonic process were expanded, forming national economies. The means for expansion and capital accumulation also suffered changes, always seeking new ways to increase recovery. The advancement of the capitalist system that has as one of the foundations, the predominance of financial aspects as determinants of economic relations entails a series of impacts that concern the national finances. The issuance, restructuring and consolidation of the securities market and the Brazilian public debt seen respecting the guidelines of global capitalism. At the same time that the state finances, the issue of securities purchased by interest-bearing capital serves as maintaining high levels of expropriation of economic surplus, respecting a social and international division of labor, income and the hierarchy of power that are found world system of capitalist economy. This will be the focus of work, joint development of capitalism as a world system of reproduction, and how he directs the development of national states and creates mechanisms for the perpetuation of its accumulation through debt securities included in the global financial market.

Key-words: headings of the public debt; financial system; fictitious capital; national development; distributive impacts.

Sumário

<u>1.1 INTRODUÇÃO.....</u>	<u>7</u>
<u>1. 2. Tema e problema.....</u>	<u>10</u>
<u>1.3 Objetivos</u>	<u>10</u>
<u>1.3.1 Geral</u>	<u>10</u>
<u>1.3.2 Específicos.....</u>	<u>10</u>
<u>1.4 Justificativas</u>	<u>11</u>
<u>1.5 Metodologia.....</u>	<u>11</u>
<u>2 – O PAPEL DO ESTADO DENTRO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....</u>	<u>13</u>
<u>2.1 Aspectos pré-capitalistas e formação das Economias Nacionais</u>	<u>14</u>
<u>2.2 Os estados capitalistas contemporâneos e a economia mundial</u>	<u>20</u>
<u>2.3 Capital Financeiro e Imperialismo.....</u>	<u>30</u>
<u>2.4 Origens históricas e contextualização da dívida pública</u>	<u>33</u>
<u>2.5 Caráter de classe do Estado Capitalista.....</u>	<u>36</u>
<u>3 - O SISTEMA DE CRÉDITO E O CICLO DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA:.....</u>	<u>41</u>
<u>3.1 - O capital produtor de juros e os títulos da dívida pública</u>	<u>42</u>
<u>3.2 A circulação financeira dentro do sistema de crédito.....</u>	<u>47</u>
<u>3.3 - O papel do capital fictício</u>	<u>52</u>
<u>4- O SISTEMA DE DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRO.....</u>	<u>58</u>
<u>4.1 Características do sistema de dívida pública</u>	<u>58</u>
<u>4-2 Análise da evolução histórica da dívida pública brasileira:</u>	<u>62</u>
<u>4.2.1 Dívida pública do período Imperial.....</u>	<u>63</u>
<u>4.2.2 – Dívida Pública no período republicano</u>	<u>64</u>
<u>4.3 Interpretações de dados macroeconômicos brasileiros</u>	<u>74</u>
<u>4.4 Contribuições políticas acerca da problemática da dívida pública</u>	<u>83</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>90</u>
<u>REFERÊNCIAS:.....</u>	<u>94</u>

1.1 INTRODUÇÃO

Com a inserção da economia brasileira na economia mundial, fato que se iniciou de maneira mais clara a partir da nossa independência, e a formação de nosso estado nação, o país passou também a experimentar outras complicações estruturais, tais como a aquisição de dívida perante o mercado mundial.

A história da economia e do desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente após o início do século passado, passou a ter uma grande influência dos resultados da balança comercial, financeira e de serviços com o mercado externo.

Os planos políticos dos governos brasileiros contaram em parte com recursos estrangeiros, em especial com o capital excedente dos países centrais. Investimentos estatais, déficit da balança pública, criação de empresas nacionais, pagamentos de dívidas anteriores, entre outras despesas dos governos brasileiros, foram resultados dos empréstimos que o país contraía com instituições ou países externos.

O papel que a dívida pública brasileira exerce sobre a economia real atual, quais seus impactos para o desenvolvimento do país até aqui, quais as limitações que essa dívida nos impõe no atual processo de desenvolvimento econômico do país, são aspectos determinantes que serão estudados para uma melhor compreensão do desenvolvimento da estrutura e da sociedade capitalista brasileira.

Como procedimento de investigação foi adotado uma abordagem teórica do ciclo de acumulação financeira, feita logo após um grande levantamento e conhecimento histórico das formações do sistema capitalista, para a suposição de críticas à realidade, e superação da nossa evolução econômica e social.

Para o entendimento completo da evolução da dívida pública brasileira, e seus impactos distributivos, é necessária uma minuciosa análise sobre formação do sistema capitalista mundial, sendo este fato determinante para a estruturação das economias capitalistas. A criação de estados nacionais também merece uma atenção especial, visto que os Estados são o espaço de interação econômica, política e social entre os diferentes agentes econômicos do nosso cotidiano.

Após essa primeira parte de desenvolvimento da dissertação, precisamos

investigar teoricamente o funcionamento do sistema de crédito dentro da estrutura do capitalismo contemporâneo, extraindo a essência da ordem de acumulação do capital financeiro dentro do sistema bancário internacional.

Dentro do sistema de crédito existem ativos de diversos tipos, nessa dissertação o foco de estudo será os títulos de dívida pública, que foram um dos primeiros bens financeiros comercializáveis na história do capitalismo.

Na formação do Estado capitalista brasileiro, sofremos desde o início com a interação e relação com o sistema capitalista como um todo, portanto, deveremos realizar uma análise totalizante perante as condições impostas para nossa formação.

Também temos que considerar a teoria política do desenvolvimento desigual entre os países centrais e os periféricos, e como o mecanismo da dívida contribui para esse panorama.

Na época que o desenvolvimento do capitalismo mundial era voltado especialmente para o comércio intra-marítimo, e as principais formas de auferir lucro era através das trocas comerciais internacionais, o Brasil fez parte desse cenário servindo como base para a exportação de matéria-prima e minerais em geral, que foram os mecanismos que garantiam ao mercantilismo europeu sua forma de acumulação.

Após esse período, o modo de produção capitalista passou a expandir sua base material, e o modo de produção industrial passou a ser o agente dominante nas diretrizes econômicas de desenvolvimento, com isso, o Brasil serviu como base de indústrias internacionais, por oferecer mão-de-obra barata e possuir um mercado consumidor em expansão.

Posteriormente, as relações econômicas foram dominadas pela lógica acumulante do capital financeiro, e o sistema de crédito, bancário e as bolsas de valores passaram a exercer uma papel ainda mais central nesse sistema, e com isso o Estado brasileiro teve que novamente seguir a lógica central do capitalismo, desenvolvendo seus títulos públicos e o mercado acionário, de forma a garantir os excedentes econômicos para o capital financeiro.

O capitalismo mundial atua hoje sobre diferentes materializações, e com níveis diferentes de atividades, e o capital financeiro global possui influência e existe em todos os países, às vezes tendo papel fundamental para propiciar ou afetar o desenvolvimento de certos estados, especialmente se tratando de países

subdesenvolvidos.

O sistema de crédito do sistema capitalista exerce múltiplas funções, além de intermediar as trocas comerciais, proporciona o ambiente ideal para a expansão do capital portador de juros, e conseqüentemente expande as possibilidades do ciclo de acumulação e exploração.

O capital fictício, como subproduto do ciclo de acumulação e expansão do capital financeiro global, no conceito de ser uma figura lógica da representação do capital financeiro futuro sobre um direito do capital produtor de juros do presente, foi determinante para promover as ondas de investimento externo e empréstimos nacionais durante o século passado, e o entendimento do papel desse capital sobre o fluxo financeiro mundial, e também o peso relativo dele sobre a dívida pública é essencial para a melhor compreensão da evolução dessa dívida.

Um estudo do funcionamento da dívida pública dentro do mercado financeiro global, a estruturação da dívida e sua respectiva ação sobre o sistema de contas nacionais deve ser realizado.

Além dessa introdução, o trabalho será formado pelo desenvolvimento e conclusão como elementos textuais; o desenvolvimento será composto por um capítulo sobre a história e formação dos estados capitalistas dentro de uma ótica de sistema mundial, com duas subseções, dividindo o período de características pré-capitalistas e a evolução do capitalismo mundial posteriormente; no segundo capítulo, uma análise teórica sobre a estrutura de crédito do sistema capitalista, e o papel da dívida pública será desenvolvida, com três subseções, na primeira seção será abordado o funcionamento do capital portador de juros dentro do sistema de crédito financeiro, na segunda, a circulação do capital é investigada, e por último o papel do capital fictício no ciclo de acumulação é analisado; no terceiro capítulo uma revisão acerca do funcionamento do mercado de títulos brasileiro, e a sua organicidade dentro da dinâmica do sistema capitalista serão demonstradas na primeira seção; além de um levantamento histórico da formação da dívida no período da República até os dias de hoje será exposto na segunda seção; no último capítulo é feito um debate acerca de alguns dados sobre o serviço da dívida para o estado brasileiro, e as eventuais constatações serão analisados; na conclusão serão expostas as principais contribuições deste estudo, assim como as limitações da análise e as eventuais sugestões para futuros trabalhos.

É necessária uma revisão da literatura crítica da teoria econômica e da

economia política (se é que é possível separar as duas), para identificarmos quais os principais pontos relevantes no serviço que a dívida exerce sobre o capital financeiro e sobre o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, dentro da teoria de classes do estado na economia marxista.

1.2. Tema e problema.

Tema: relacionar o capital fictício com a evolução da dívida pública brasileiro e demonstrar o seu papel no desenvolvimento nacional.

Problema: quais os setores da sociedade brasileira e internacional que são afetados de maneira positiva e de maneira negativa com a função da dívida pública?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Demonstrar a relação política, econômica e social do capital fictício, subproduto do ciclo de acumulação do capital financeiro, com a dívida pública brasileira no desenvolvimento da economia nacional, e identificar os setores da economia nacional e internacional que sofrem seus impactos distributivos.

1.3.2 Específicos

- Analisar a evolução histórica do sistema capitalista mundial, e suas transformações
- Estudar os mecanismos de circulação, expansão e exploração do capital financeiro dentro do sistema de crédito
- Investigar a evolução histórica da dívida pública brasileira, suas limitações e estruturação legal.
- Analisar a função do capital fictício no ciclo de endividamento público dos países

periféricos, a partir do ciclo financeiro.

- Identificar os métodos de ferramentas políticas que os países centrais utilizam para garantir o interesse dos capitais emprestados.
- Qualificar o peso do serviço da dívida com o Produto Bruto Interno, e orçamento do governo.

1.4 Justificativas

- A questão da dívida pública brasileira sempre foi um assunto muito polêmico ao interpretarmos o desenvolvimento de nossa economia
- O déficit da balança comercial brasileira, ou o financiamento do investimento estatal, variáveis totalmente impactantes na realidade da economia brasileira, muitas vezes foram impulsionados pelos empréstimos externos.
- É necessário entender o papel controlador, determinante, que os países centrais do capitalismo exercem sobre os países periféricos através do mecanismo do financiamento externo.
- Pouco se fala de como seria nossa sociedade em hipótese de um não pagamento da dívida, e quais esses impactos para o desenvolvimento da economia capitalista brasileira após a renúncia da dívida.
- Esse projeto deve contribuir para a investigação do ciclo de reprodução do capital financeiro (de acordo com o conceito de Lênin, que será exposto posteriormente) em escala global, e quais são os impactos para a economia brasileira, como país periférico, dentro deste ciclo.

1.5 Metodologia

A história do desenvolvimento das estruturas e instituições do capitalismo mundial deve ser apontada, para uma posterior compreensão dos fenômenos que impactam no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

As particularidades que as transformações do modo predominante de acumulação realizam ao longo dos séculos também são condicionantes no contexto de inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial, e devem ser abordadas como pano de fundo da inserção global da economia brasileira.

Como método instrumental da análise da evolução da dívida pública brasileira, nacional e internacional, é necessário estabelecer quais são as principais características do desenvolvimento do capitalismo em um país periférico, além de identificar quais as principais atribuições e funções do estado nacional.

Utilizando as categorias marxistas para determinar a divisão de classes da sociedade capitalista moderna, conceitos leninistas acerca da formação do capital financeiro nos países centrais do sistema imperialista, formulação teórica sobre o funcionamento do sistema financeiro mundial, focando no movimento do capital portador de juros e suas atribuições estruturais, será possível criar uma nova concepção acerca da problemática da dívida brasileira.

É necessário verificar as origens históricas da formação da dívida pública e sua contextualização com o atual período, identificando os aspectos condicionantes desse endividamento estatal.

Ao analisarmos os impactos distributivos que o financiamento internacional via emissão de títulos públicos acarretou ao Brasil, temos que considerar os mecanismos macro-econômicos, que são os principais responsáveis pelas determinações empíricas desse processo de endividamento dentro do cenário econômico nacional.

Após a análise teórica, política e técnica, será possível formular algumas alternativas para a economia brasileira acerca da questão da dívida pública, e visualizar quais as principais dificuldades do país para superar esse entrave.

2 – O PAPEL DO ESTADO DENTRO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Antes de aprofundarmos a análise teórica acerca da relevância da dívida pública no estado capitalista brasileiro nos tempos atuais, precisamos decifrar algumas estruturas básicas que formaram os estados capitalistas embrionários, e serviram de base para o desenvolvimento do sistema capitalista na Europa, e posteriormente na América Latina e no Brasil.

Além dos aspectos econômicos, a interação entre diferentes regiões, que estão em distintos estados de desenvolvimento econômico e social são elementos que devem ser considerados. A vivência entre essas distintas estruturas promove um desenvolvimento desigual e combinado, onde até mesmo Marx já identificou esse ponto:

“Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta” Marx(1977, pg. 172).

Alguns fatos essenciais em certos aspectos do sistema não ocorrem na mesma relevância em outra parte do sistema econômico de determinada região, ou ainda, certos elementos de uma região influenciam outros em diferentes espaços cronológicos e geográficos. Este arcabouço de mecanismos faz do capitalismo um sistema mundial, tal como explicito a seguir: *“Ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político”*. Trotsky (1905, pg. 456)

É de extrema importância descrever de forma teórico-metodológica os caminhos do desenvolvimento do capitalismo europeu, sua forma de atuação perante os estados nacionais ocidentais e quais impactos este desenvolvimento guarda para a interação da economia capitalista mundial, somente assim uma análise dos dias de hoje seria completa dentro do curso do –sistema-mundoll¹ capitalista.

Uma ordenação dos dados históricos será realizada de modo a demonstrar o ambiente geográfico, cultural e material que foram pano de fundo para as transformações sociais que criaram o estado capitalista contemporâneo. Após esse

¹ De acordo com a Teoria de Wallerstein (1979), que será posteriormente analisada

primeiro passo serão incorporados conceitos teóricos acerca do aperfeiçoamento do capitalismo e sua economia no sistema-mundo, com contribuições das obras de Braudel (1958) e Wallerstein (1979).

Além da evolução histórica, um enfoque nas mudanças nos modos de produção e acumulação da atividade humana no cotidiano econômico também será realizado. Na seção 2.1 serão levantados apontamentos acerca dos aspectos pré-capitalistas e do período de formação das economias nacionais; na seção 2.2 o foco de estudo é a formação dos estados nacionais e a consolidação do sistema capitalista mundial; na seção 2.3 será analisada a contextualização histórica da dívida pública dentro do sistema capitalista.

2.1 Aspectos pré-capitalistas e formação das Economias Nacionais

Uma das principais divergências entre os historiadores e os cientistas sociais que tratam desse tema, está na questão da existência do Estado e de quando ele passou a assumir a forma atual.

As principais dificuldades de certos pesquisadores encontram-se no fato de relacionar o Estado com a comunidade primitiva, atribuindo a ele algumas funções de caráter organizacional do ambiente analisado.

No estado comunal, onde as pessoas viviam em tribos e possuíam uma produção social do trabalho total dividida de forma igualitária entre os seus membros, onde todos deveriam trabalhar para que um excedente produtivo fosse alcançado para o conjunto da população, temos que algumas atividades essenciais para as sociedades de hoje, que já estavam presentes na vida social desde aquele período, eram feitas de forma igualmente comum.

As tarefas de proteção da tribo e de julgamento diversos eram realizadas pela coletividade dos indivíduos. Todos os homens livres possuíam direito a posse de armas, para defesa pessoal, familiar ou coletiva, assim como assembleias abertas e democráticas eram realizadas para as discussões e decisões sobre eventuais problemas no interior da vida social, criando um senso de justiça moral socialmente discutido e decidido.

Essa situação fica bem clara como descrita abaixo:

“A idéia de que pudesse haver certos homens destacados da coletividade, a quem fosse reservado o direito de dispensar justiça, parecia aos cidadãos de uma sociedade baseada no coletivismo do clã ou da tribo, tão fora

de sentido como o reverso parece à maioria dos nossos contemporâneos.” Mandel (1977, pg. 18).

Com o aperfeiçoamento da divisão social do trabalho, o desenvolvimento da produtividade das atividades criou maiores excedentes econômicos e a instauração de uma sociedade mercantil minimamente desenvolvida pode ser criada, por conseguinte, as formas de organização social também foram modificadas, criando-se novas estruturas econômicas.

Os clãs tribais tiveram sua formação estrutural modificada com o crescimento da população e da atividade produtiva, a criação da propriedade privada acabava com a produção social, a ascensão de um responsável para gerir as atividades antes tidas como coletivas criou também uma divisão de classe dentro dessa sociedade.

Os Impérios foram criados, determinando as regras políticas e econômicas da população em seu entorno, as atividades de tributação e de poder coercitivo foram instauradas.

Com a evolução histórica desses Impérios, foi criada uma casta de nobres e proprietários de terra que estavam alinhadas com a instituição Imperial, e desfrutavam grande prestígio social e econômico.

O tempo do Império Romano sofreu grandes mudanças quando invasões bárbaras ocorreram, desestabilizando esse controle central, e criando fragmentos de propriedades rurais minimamente independentes. Quando o Império de fato ruiu, formaram-se de um lado estruturas produtivas rurais de grande extensão, e de outro uma população de colonos que necessitavam de emprego.

A formação dos feudos agrários era constituída de uma grande parcela de terras que eram trabalhadas para a rentabilidade do Senhor Feudal, e outra parcela que tinha a sua produtividade direcionada para a economia de subsistência dos colonos.

A ascensão do feudalismo traz uma nova realidade metodológica ao cotidiano humano, as tarefas de controle econômico, justiça social e defesa de propriedade passam a ser exercidas pelo senhor das terras, o senhor feudal.

A atuação deste novo comandante do espaço geográfico e social do feudalismo fica bem evidente a seguir:

“Este senhor feudal é dono absoluto do seu reino. É o único com direito ao porte de armas em qualquer momento; é o único polícia, o único agente de autoridade; é o único com direito a cunhar moeda; é o único ministro das finanças. Exerce em todo o seu domínio todas as clássicas funções

desempenhadas pelo Estado, tal como hoje o conhecemos.” Mandel (1977, pg. 13).

Conforme a economia feudal passou a ser o modo principal de reprodução social, os feudos acompanharam essa estabilidade e cresceram de tamanho e importância, fato que aumentou os trabalhos necessários para o controle humano desenvolvidos pelo Senhor feudal; com isso, foi necessária a divisão das tarefas coercitivas e controladoras, criando assim uma casta dentro da classe dominante, trabalhadores que antes só atuavam na produção de bens de subsistência e de excedente pagos ao Senhor das terras, passaram a trabalhar cumprindo suas tarefas de vigilância econômica, social e das atividades de justiça. Assim foram criadas as primeiras funções de autoridades para uma parte da população que era alinhada aos interesses do proprietário da terra e do feudo. Esta característica de fragmentação da força de trabalho, de modo a criar uma estrutura onde alguns trabalhadores fiscalizem e monitorem a atividade produtiva em defesa dos interesses dos proprietários é um fato marcante na história do capitalismo mundial.

Também é importante adicionar, que juntamente com o poder coercitivo e judiciário, as autoridades recém criadas atuam de forma muito mais inerente no desenvolvimento de uma sociedade, já que normalmente ela traz consigo questões como ideologia, filosofia, valores sociais e morais, que estão presente na formação humana da sociedade.

Além de possuir como principal pilar de sustentação de qualquer sistema produtivo o aspecto material de reprodução da sociedade, temos que considerar que as estruturas morais, os valores humanos também são meio intrínsecos de dominação e exploração ao longo do tempo histórico da civilização humana.

A forma de acumulação capitalista também é embrionária nesse estágio de desenvolvimento econômico, conforme descrito:

“A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessas expropriações assume matizes diversas nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas diferentes” Marx (1981 – vol. 1, pg. 828)

As economias da Idade Média eram baseadas nas trocas de excedentes econômicos entre seus povoados, e as primeiras cidades nasceram onde o comércio encontrou condições de estabelecer-se da melhor forma possível.

Outro aspecto típico dessas economias era a prática da usura como método

de renda, onde é descrito a seguir:

“consideremos o capital usurário na forma em que efetivamente se apodera de todo o trabalho excedente dos produtores imediatos, sem modificar o modo de produção; em que tem por pressuposto essencial a propriedade ou a posse das condições de trabalho pelos produtores”

Marx (1981 – livro 3, vol. 5, pg. 790)

Em outra passagem é destacado o papel desse tipo de acumulação na época:

“A usura na antiguidade e na era feudal, solapa e destrói a riqueza e a propriedade. Além disso, corrói e arruína a pequena produção camponesa e pequeno-burguesa, em suma, todas as formas em que o produtor aparece como proprietário dos meios de produção” Marx (1981 – livro 3, vol. 5, pg. 790)

Com isso, os aspectos particulares do modo de acumulação da época já se encarregaram de separar o camponês e o pequeno produtor do meio individual de reprodução de sua existência, estabelecendo assim uma nova classe social dentro da economia capitalista que estava sendo formada; o mercado de trabalho com indivíduos que nada mais dispunham para sobreviver além da venda da sua força de trabalho.

Nesse sentido o desenvolvimento das trocas entre estas cidades-estados dispersas; alinhado às novas transformações sociais no modo de reprodução de subsistência dos indivíduos passou a ser criado um ambiente único ao redor de cada uma delas, onde as limitações impostas pelas diferenças étnicas e de costumes foram superadas aos poucos pelo aperfeiçoamento da linguagem e de uma moeda única entre territórios de certa proximidade geográfica.

Esse cenário foi o plano de fundo para a criação das economias nacionais, onde o comércio foi o elemento catalisador deste processo, visto que era um elemento que trazia uma nova integração entre as regiões e cidades mais dispersas.

No entanto, é a partir do comércio exterior de longa distancia ou do comércio –internacionall que a instituição do mercado vai progressivamente invadindo a vida econômica das economias nacionais. Os mercados externos, que inicialmente eram desconectados das estruturas econômicas internas, acumularam grande volume de riqueza, que foram instrumentalizadas pelos Estados nacionais em seu proveito.

Com isso, a dinamização das trocas comerciais entre estas cidades-estados, que posteriormente transformaram-se em economias nacionais, foi o plano de

fundo para o desenvolvimento de um estado nacional.

Assim, nascida das relações comerciais –internacionaisII, a economia mercantil penetra no campo e nas cidades, quebrando monopólios e desmanchando obstáculos à circulação interna de mercadorias, processo este fortemente apoiado pelos Estados nacionais recém criados. No decorrer do século XVII as primeiras cidades-estados nascem, especificamente no norte da Itália, com Gênova e Veneza. Estas cidades foram base fundamental para a organização do comércio mundial foram estabelecendo uma estrutura ao seu redor, e respaldadas por uma classe mercantil enriquecida durante séculos de comércio externo criaram-se os primeiros Estados. A união entre Estados e mercadores reforça e atende os seus interesses recíprocos, portanto, criando um estado embrionário que desde o início respeitasse e defendesse os interesses da classe que o originou, estabelecendo um cenário que fosse possível à perpetuação da dominação econômica agora em uma estrutura nacional.

Os novos Estados se unificam a partir das guerras com terras vizinhas, as estruturas administrativas nacionais são criadas, seu Tesouro é administrado por hábeis comerciantes e são financiados por ricos banqueiros. Assim, comerciantes e banqueiros se infiltram em todos os lugares chaves da administração estatal, onde interesses públicos e privados se misturam. É o contexto de crise interna e externa que força governos e comerciantes em favor do desenvolvimento dos mercados internos.

Analisando a evolução produtiva desse cenário histórico, temos que as economias de caráter de subsistência, minimamente conectadas entre as poucas relações dos feudos dispersos, dão lugar a uma economia comercial, baseada nas trocas de excedentes produtivos, passando para núcleos de cidades-estados, e posteriormente economias nacionais, desenvolvendo uma interação social ampla e criando estruturas para a criação do capitalismo mundial.

É importante analisar esse cenário perante a ótica tripartida de Braudel (1985), onde ele estabelece divisões estruturais para diferentes estágios de economias. No primeiro estágio encontram-se economias de atividades próximas a níveis de subsistência, denominada de –vida materialIII, onde as aspirações seriam guiadas pelos valores de uso das mercadorias. No nível seguinte, chamado de –economia de mercadoll, a atividade mercantil vive o seu auge, as trocas ocorrem com frequência e determinam o ambiente cotidiano social. Por fim existe o terceiro

estágio de desenvolvimento econômico, histórico e social de uma economia, que Braudel define como o estágio –capitalistall, onde as trocas e os meios de acumulação de excedente ocorrem através de estruturas elaboradas respeitando uma hierarquia de comando dentro do sistema capitalista mundial.

A partir desse cenário descrito acima, temos que o desenvolvimento histórico do capitalismo, respeitando a idéia de longa duração de Braudel (1985), ocorre através da interação do espaço mundial entre diferentes economias nacionais, cada qual em seu respectivo estágio de evolução, estruturando assim um moderno sistema-mundo da economia capitalista contemporânea.

Braudel (2002) afirma que, entre 1400 e 1800, a economia de trocas é ainda muito imperfeita, pois o mercado ainda não consegue unir toda produção a todo consumo, dado que uma enorme parte da produção se destina ainda ao autoconsumo e não entra no circuito do mercado. Além de distinguir claramente os dois conceitos, a economia de mercado e o capitalismo, Braudel afirma que tanto uma como o outro, até o século XVIII, são realidades minoritárias, pois a massa das ações dos homens permanece contida no imenso domínio da vida material. Embora seja um elemento muito ativo, que tente invadir tudo, antes do século XIX, a economia de mercado se reduz, muitas vezes, a uma fina camada entre o oceano da vida cotidiana e o processo capitalista, que começa a manobrar a ambos a partir de cima. Mas a economia de mercado não cessa de se expandir entre os séculos XV e XVIII.

Da mesma forma que a economia de mercado, também o capitalismo se forma progressivamente, sem rupturas ao longo de vários séculos. Para muitos autores, embora houvesse capital, ainda não existe capitalismo, como sistema econômico propriamente dito, antes da Revolução Industrial do século XVIII. Ou seja, somente quando uma parte da população que domina os rumos do comércio e da atividade econômica produtiva possui o poder de identificar o seu interesse de classe como o interesse geral do Estado, é que o capitalismo começa a desenvolver-se da forma mais direta. Quando o Estado Inglês define como prioritário uma política de desenvolvimento industrial particular, é que os Estados Nacionais aumentam a sua influência sobre o cotidiano social. Segundo Braudel (2002: 68), *"O capitalismo não triunfa senão quando ele se identifica com o Estado, quando ele é o Estado"*. O que ele está dizendo é que o capitalismo se impõe, quando os homens do dinheiro chegam ao poder. Foi assim nas cidades Estado italianas, em Amsterdã do século

XVII, na Inglaterra com a Revolução de 1688, na França, com a revolução de julho de 1830, quando –a burguesia dos negócios se instala confortavelmente no poder. O desenvolvimento das economias nacionais capitalistas e seu sucesso dependem de determinadas condições sociais. O capitalismo –exige uma certa tranquilidade da ordem social, bem como uma certa neutralidade, ou fraqueza, ou complacência do Estado.

O Estado moderno, em gestação no século XIV e XV, estimula a padronização das economias locais, visando os impostos e, com ele, as funções administrativas nacionais são formadas. O desenvolvimento do comércio entre as economias nacionais foi um meio para que as instituições fiscais e tributárias fossem formadas, garantindo o arcabouço legal para a criação das economias nacionais.

Os Estados capitalistas nacionais nascem atrelados ao capital, mesmo porque ele necessita de empréstimos desde a sua consolidação, visto que apesar das tributações ocorrerem, os gastos cotidianos necessitam muitas vezes ser adiantados, assim como investimentos públicos precisam de financiamentos muitas vezes mais rápidos do que a capacidade do orçamento estatal comporta.

Para promover obras públicas, e efetuar a estruturação da máquina do Estado, é necessária a criação de uma dívida pública, que é formada pela expansão do crédito, concedido pelos grandes comerciantes, e também do mercado financeiro.

Do mesmo modo que o surgimento das economias nacionais, suas estruturas e limites foram desenvolvidos de acordo com as necessidades que o sistema capitalista mundial possuía para dar base material e humana para seu aprimoramento, em contrapartida, esse mesmo estado nacional pode ceder lugar para uma nova configuração do sistema econômico mundial, caso seja essa a vontade da força motriz do modo de produção capitalista, a acumulação.

2.2 Os estados capitalistas contemporâneos e a economia mundial

Com a formação das economias nacionais, tal como foi exposto anteriormente, todo o arcabouço legal, sua estrutura administrativa, coercitiva e executiva precisou ser formulada. Instituições políticas e econômicas passaram a

determinar a ordem social, e todo esse processo exige tempo, e principalmente, dinheiro.

Vimos que conforme o senso de autoridade foi extraído da esfera de decisão social, assim como as formas de reprodução de subsistência também foram extraídas dos trabalhadores autônomos, a organização das economias nacionais foi o modo que o capitalismo encontrou para organização que servisse para seus interesses de acumulação.

Ainda sobre a configuração da economia nacional, temos que:

“Uma economia nacional é um espaço político transformado pelo Estado; em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades podem encaminhar-se em conjunto numa mesma direção.” Braudel (1987, pg. 64)

Reformas políticas também ocorreram, com o avanço da ideologia da revolução francesa, as monarquias foram aos poucos sendo substituídas pelo parlamentarismo. As idéias de participação de todos foram incorporadas no cotidiano político, assim como o sistema econômico passou a incorporar a atividade produtiva de todos os trabalhadores.

Outra observação interessante acerca das instituições do moderno estado capitalista pode ser direcionada sobre o sistema judiciário. Onde anteriormente eram comuns decisões tomadas em assembléias livres, com a participação de todos, agora os juízes são representantes da classe dominante, que assim como ela, promovem o controle dessas instituições, visto que em grande parte desembargadores e procuradores são indicados por mérito familiar e econômico, além do pessoal.

Sobre a evolução histórica do sistema judiciário, alinhado ao desenvolvimento do capitalismo, verificamos que:

“À parte contendas decididas por famílias ou pelos próprios indivíduos, só assembléias colectivas tinham o poder de pronunciar juízos. Na primitiva sociedade germânica, o presidente do tribunal do povo não julgava: a sua função consistia em verificar que eram observadas certas regras e certas formalidades.

A idéia de que pudesse haver certos homens destacados da coletividade, a quem fosse reservado o direito de dispensar justiça, parecia aos cidadãos de uma sociedade baseada no coletivismo do clã ou da tribo, tão fora de sentido como o reverso parece à maioria dos nossos contemporâneos.

Em resumo: até certa altura do desenvolvimento da sociedade, antes de ser dividida em classes sociais, certas funções, tais como a das armas ou a administração da justiça, eram exercidas coletivamente - por todos os membros adultos da comunidade. Só quando esta sociedade se desenvolve mais, no momento em que aparecem classes sociais, é que estas funções são retiradas à coletividade e reservadas a uma minoria que passa a exercê-las de modo especial. ” Mandell (1977, pg. 2)

O desenvolvimento de todo o aparato estatal requer uma estruturação administrativa e coercitiva, que exige grande quantidade de pessoas e esforços. Além das esferas materiais, temos que as esferas ideológicas, religiosas e morais também estão sendo modificadas para preservar esse caráter do estado, é mais bem descrito a seguir:

"Voltando atrás à sociedade feudal, notar-se-á que as funções de Estado exercidas pela classe dominante não se limitam apenas aos aspectos mais imediatos do Poder, tais como o exército, a justiça, as finanças. Também sob o dedo do senhor existem ideologia, lei, filosofia, ciência, arte, etc." ... e complementa: "Nestas condições, pelo menos enquanto a dependência é total, o desenvolvimento da ideologia é inteiramente controlado pela classe dominante: esta é a única que ordena a "produção ideológica" e só ela é capaz de subsidiar os "ideólogos". " Mandel (1977, pg. 3)

As instituições de poder político desenvolveram-se, e a ascensão de uma nova classe representou mudanças na forma decisória, o parlamento foi instaurado, lá era o local onde os representantes da classe dominante encontravam-se para definir os rumos da economia nacional.

Ao contrário do que se acredita hoje pelo senso comum, essa democracia disfarçada de representatividade burguesa foi criada para que os interesses dos burgueses, pagadores de impostos, fossem ouvidos e respeitados pela decisão do corpo político do estado nas questões de gastos públicos.

O motivo principal, portanto, nunca foi instaurar um meio de representação política que garantisse a participação de todos, visto que não eram todos que pagavam os impostos, portanto somente estes teriam direito de opinar.

Mandel esclarece brilhantemente essa passagem:

"E o dinheiro dos capitalistas, comerciantes, banqueiros, negociantes, que, em larga parte, enche os cofres do Estado. Sempre, desde esse tempo, uma vez que os capitalistas pagam para manter o Estado, exigirão que este se coloque inteiramente ao serviço deles. Tornam isto perfeitamente claro e sentido pela própria natureza das leis que promulgam e pelas instituições por eles criadas. Várias instituições que hoje parecem de natureza democrática, por exemplo, a instituição parlamentar revela claramente a natureza de classe do Estado burguês." Mandell (1977, pg. 4)

Ao longo do desenvolvimento dos estados nacionais, e a sua conseqüente abrangência perante todos os indivíduos do meio social, inclusive os trabalhadores que eram recentemente incorporados no modo de produção capitalista, o orçamento do estado passou a necessitar de novos impostos, que ao serem expandidos de forma universal, também forçou os parlamentares burgueses a adotarem ferramentas políticas de inclusão social, de modo a balancear a luta política de classes nas sociedades capitalistas.

Com o acirramento da luta de classes, justamente pela demonstração clara

do caráter de classe das instituições do moderno estado capitalista, foi necessária uma reformulação aparente para que esse Estado continuasse seu exercício de poder.

Se por um lado o aspecto democrático passa por reformas que aumentem seu senso de participação perante a população, temos que lembrar que outras instituições do estado permanecem imutáveis, ou aumentam sua influência. Na esfera repressiva, os exércitos, agências de informação privilegiada, as polícias em geral, continuam presentes e controlando com mãos de ferro os interesses do estado, e não existe democracia que atue para mudar seu caráter de classe. Outras instituições econômicas, como o fisco, o tesouro, o Banco Central, também continuam presentes defendendo os interesses dos estados, e não da população em geral.

Este processo mostra que a escolha democrática política, que acontece de anos em anos nos dias atuais, nada mais é do que uma forma de garantir um senso de participação ampla para a maior parte da população, mas as instituições que controlam o poder de fato do estado capitalista, não passam por tais decisões.

Podemos verificar isso na passagem abaixo:

"O poder de Estado é permanente e é exercido por um certo número de instituições isoladas e independentes dessa tão mutável e instável influência como é a do sufrágio universal. São estas instituições que devemos analisar se quisermos saber onde reside o verdadeiro poder: "Governos aparecem e governos desaparecem, mas a polícia e os administradores permanecem". O Estado é, acima de tudo, um conjunto de instituições permanentes: o exército (efetivo e de reserva), a polícia geral, a polícia especial, a polícia secreta, os altos administradores nos departamentos governamentais (os serventuários-chave dos serviços, os corpos de segurança nacional, os juízes, etc.) — todos quantos estão livres da influência do sufrágio universal. " Mandell (1977, pg. 5)

Voltando à discussão econômica nacional dos estados recém criados, temos que analisar mais precisamente as estruturas que delimitam a interação entre uma economia e outras nações.

As relações podem ser divididas seguindo alguns ramos específicos, tais como o aspecto comercial entre as nações, o aspecto produtivo entre firmas e industriais multinacionais e o plano financeiro, de características globais e totalizantes.

No aspecto de caracterização produtiva das sociedades capitalistas, temos que o resultado conseqüente do desenvolvimento da revolução industrial, da especialização da produção, de forma a tornar cada vez mais eficiente e lucrativa a

atividade da indústria, traz consigo inúmeras modificações para a economia como um todo.

Iremos utilizar nesse sentido o estudo de Lênin intitulado de "Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo" (primeira edição em 1907), onde é investigado com enorme precisão o cenário industrial europeu do início do século passado. Claro que houve mudanças significativas sobre esses dados desde então, mas a compreensão precisa dos mecanismos da sociedade capitalistas é válida até hoje.

No final do século XIX houve uma grave crise na Europa, algumas grandes empresas faliram, outras foram forçadas a se estruturar para manter a competitividade dos seus produtos. Na última década desse período foram verificadas algumas situações de mudanças. Dentre as principais modificações está o início das atuações conjuntas de diferentes empresas, criando alianças para resultados mais satisfatórios. Como podemos verificar:

"Durante o breve período de ascenso de 1889 e 1890 foram utilizados em grande escala os cartéis para aproveitar a conjuntura. Uma política irrefletida elevava os preços ainda com maior rapidez e em maiores proporções do que teria acontecido sem os cartéis, e quase todos esses cartéis pereceram ingloriamente, enterrados "na fossa do craque" Lênin (1985, pg. 16).

Após os primeiros ganhos dessa prática, que recolocaram algumas empresas nos caminhos para o lucro produtivo, o período seguinte também foi marcado por ajustes, e as margens de lucro eram relativamente baixas, se comparadas com o período glorioso de décadas anteriores.

Como, segundo a teoria Marxista, a taxa de lucro entre diferentes setores da indústria tende a ocorrer na mesma intensidade, visto que os investimentos podem migrar de um setor para o outro, caso apareça uma oportunidade de lucros exorbitantes, este novo cenário de combinações entre diferentes indústrias se alastrou em espaço e intensidade.

"E o movimento dos cartéis entrou na sua segunda época. Em vez de serem um fenômeno passageiro, os cartéis tornaram-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistaram, uma após outra, as esferas industriais." Lênin (1985, pg. 17).

Mais do que ocorrer agrupamentos de empresas para determinado período de crises, com objetivos pontuais, essas alianças ampliaram sua atuação por vários setores, e passou a ser o método utilizado para toda a forma produtiva da época. Como é destacado abaixo:

"Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam quantidade de produtos à fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc. Lênin (1985, pg. 17).

A característica principal do capitalismo embrionário de concorrência perfeita é desfeita, dando lugar para novas formas de concorrência, onde os interesses do mercado e da eficiência produtiva e alocativa não eram mais resguardados, sendo superados pela eficiência lucrativa e exploratória das empresas associadas, como escrito por Lênin: *"a concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco processo de socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamento técnicos.* (1985, pg. 19).

Estas concentrações ocorrem em larga escala, e passam a ser um fator determinante para o desenvolvimento do sistema capitalista mundial após essa nova caracterização. O cenário descrito abaixo foi verificado na Alemanha do início do século passado, que era um dos principais parques industriais da Europa, que foi palco para as principais transformações do sistema mundial:

"Quase metade da produção global de todas as empresas dos países nas mãos de uma centésima parte do total das empresas. E essas 3000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da indústria. Daqui se infere largamente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Essa transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos." Lênin (1985, pg. 14).

Essas novas características de concentração acarretam também em novas formulações empresariais, onde as firmas que antes eram constituídas de uma especialização em determinada área, passa a realizar combinações verticais, ampliando suas atuações em outros ramos e setores.

"A chamada combinação, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria (...) A combinação - diz Hilferding - nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, a empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar conduz a eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico, e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas "simples". Em quarto lugar fortalece a posição da empresa combinada em relação às simples, reforça-a na luta da concorrência durante as fortes depressões." Lênin (1985, pg. 14).

Essas novas combinações empresariais criam impérios produtivos, que são conglomerados de indústrias que aumentam sua participação e fortalecem suas posições perante esses novos arranjos.

O comércio passa a ser uma atividade secundária dentro dos grandes conglomerados, já que não ocorrem mais transações correntes entre as empresas do mesmo grupo. A alta concentração de recursos possibilita uma oportunidade de

maiores investimentos em tecnologia, inovação e desenvolvimento desses monopólios, beneficiando cada vez mais as grandes empresas, e prejudicando as pequenas, através de uma concorrência desleal.

Esses impérios atingem um alto grau de socialização da produção, visto que passam a dirigir os rumos de toda a esfera produtiva, trazendo para sua órbita de atuação a sociedade como um todo. Como é identificado a seguir:

"O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz a socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que isso tenha consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (...) A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedades privadas de um reduzido número de indivíduos. Mantêm-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável." Lênin (1985, pg. 20).

Deste modo, a alta concentração industrial possibilita uma socialização da produção, ao mesmo tempo em que condiciona cada vez maior poder de decisão para os grandes conglomerados produtivos, que arrastam para todo o conjunto da sociedade o peso de seus interesses.

As principais características produtivas do início do século passado foram demonstradas anteriormente, e foram esses traços que deram base para o desenvolvimento do capitalismo do século passado como sistema mundial, e vem condicionando nosso sistema histórico até o momento.

Vamos voltar o foco nesse momento para a questão da regulação e características do comércio entre as diferentes nações.

Muitos teóricos partiram do conceito de Estado nação para formularem diferentes estudos sobre a economia mundial. Smith foi um dos pioneiros a delimitar a divisão social do trabalho e sua produtividade no espaço geográfico global. Ricardo elabora no mesmo sentido o seu -modelo de vantagens comparativas. Da mesma forma também fizeram os teóricos marxistas, como Rosa Luxemburgo e Lênin, que destacam grande importância para as trocas comerciais internacionais para alavancar o padrão de acumulação capitalista.

A exportação de mercadorias era regulada pela lógica comercial e pelo princípio da especialização internacional, que repousa sobre as diferenças de produtividade setorial entre as economias nacionais. Nesta configuração, a figura do comerciante, que seria o ator principal, fica ofuscada pela ação do Estado nacional, através da política comercial e de controle sobre o território, que abriga o estoque

dos fatores produtivos, responsáveis pela produtividade das economias nacionais.

Após esse período de ápice das trocas mercantis entre os estados nacionais, o capitalismo evolui novamente sua forma de atuar, e outras estruturas para o comércio foram criadas, especialmente após a inclusão de cada vez mais economias nacionais dispersas dentro de um sistema internacional de interações econômicas e sociais.

Era necessário um modo de facilitar essas trocas comerciais, algo que tornasse cada vez mais dinâmicas as relações e reproduções do sistema capitalista, visto que o aumento do ciclo produtivo, e do aferimento do lucro tornava-se uma necessidade cada vez mais rápida de ser efetuada. A partir deste cenário os bancos passaram a ter um papel cada vez mais decisivo no cotidiano econômico, sendo responsáveis pela transferência de renda entre os diferentes agentes da sociedade, assim como atuando de forma central na estocagem de capital-dinheiro.

O desenvolvimento da sociedade capitalista trouxe a necessidade cada vez maior da atuação dos bancos, assim como a necessidade de recorrer a eles de toda a parcela da economia que estivesse minimamente inserida no seu processo reprodutivo.

Sobre este novo cenário podemos destacar a passagem abaixo:

"À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária." Lênin (1985, pg. 23).

Do mesmo modo que foi descrito anteriormente no setor industrial, a concentração e o monopólio também atuam sobre o sistema bancário, criando alguns poucos bancos capazes de controlar uma enorme quantidade de recursos da sociedade capitalista. Esse fato justifica a importância do tema identificado por Lênin.

As relações entre esses bancos cada vez mais poderosos, e os grandes conglomerados produtivos, que inicialmente era limitadas nas transações correntes que um setor provia para o outro, passa por mudanças significativas no período seguinte.

Os grupos industriais são formados muitas vezes por empresas de capital

aberto, onde a venda de ações ocorreram inicialmente para a alavancagem de seus investimentos e sua estruturação. Com o cenário de monopólio, que foi descrito previamente, poucos cidadãos são responsáveis por grande parte do controle acionário dessas ações. Ocorre que, em muitos casos, existe uma grande relação entre estes monopolistas do sistema produtivo e os controladores dos bancos.

É de extrema importância para o sistema bancário os rumos que os negócios dos conglomerados industriais e produtivos tomarem, visto que esses são seus principais parceiros comerciais. Do mesmo modo, é vital para o desenvolvimento do sistema capitalista o sistema financeiro. Assim como foi descrito a experiência da formação de cartéis nos períodos de crises para busca de maiores lucros, a classe de capitalistas, detentores dos meios de produção da sociedade passou a atuar em conjunto, tornando essa prática monopolista de ocasião uma estratégia permanente.

Um claro exemplo desse cenário é descrito a seguir:

"Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras, mediante a posse de ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa." Lênin (1985, pg. 32).

Portanto, os capitalistas industriais estão cada vez mais interligados com os capitalistas bancários, onde um setor atua com relação direta com outro, trazendo a sociedade ao jugo desse conjunto de monopolistas.

Como extraímos das obras de Mandel no item anterior deste estudo, o capitalismo atua em dependência com o Estado, precisa dele para sobreviver, e condiciona o desenvolvimento da nação perante sua vontade. Em uma sociedade capitalista burguesa, aqueles que controlam o Estado, também estão interligados com o controle dos modos de produção e circulação. Completando esse ciclo temos que:

"A união pessoal dos bancos com a indústria completa-se com a união pessoal de umas e outras sociedades com o governo. Lugares nos conselhos de administração são confiados voluntariamente a pessoas conhecidas de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar em grau considerável as relações com as autoridades." Lênin (1985, pg. 32).

Temos que ocorre, cada vez mais, uma concentração de poder, em um cenário que os detentores dos meios de produção, juntamente dos possuidores dos meios de transações monetárias, e os controladores do Estado estão intimamente conectados.

Essa nova configuração organizativa da sociedade, onde os bancos atuam de

forma associativa com os monopólios industriais, alinhados juntamente dos Estados, traz consigo mudanças também na forma do capital excedente da produção social ser alocado.

Através do cenário descrito acima temos a formação do "capital financeiro", que passa a ser a nova forma de atuação do capital, germe embrionário de uma transformação por completa no sistema capitalista mundial. Para definição deste conceito, utilizaremos como base a conclusão de Lênin, que foi extraída de Hilferding (1985):

"Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo de capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra a disposição dos bancos e que os industriais utilizam." Lênin (1985, pg. 36).

Portanto, chamaremos no decorrer do texto de "capital financeiro", toda a massa de capital mobilizado na posse do sistema bancário, que é utilizado pelos industriais.

Os novos arranjos produtivos e comerciais estão voltados para o desenvolvimento dos fatores produtivos globais, e uma nova realocação desses fatores no espaço global é ajustada.

Neste processo de -multinacionalizaçãoll produtiva, se expande a exportação de capital, de sistemas produtivos e de relações de produção capitalistas, especialmente na forma de investimentos diretos externos, efetuados pelas empresas multinacionais. O fato mais importante desse processo é a constituição de um espaço –multinacionalll sobreposto às economias nacionais, um verdadeiro mercado interno à estrutura destas empresas. Na verdade, trata-se mais de uma circulação de capitais intra-firmas, do que de uma circulação entre economias nacionais, como era a circulação de mercadorias na configuração –internacionalll.

Em um cenário econômico de escala mundial, onde a mais recente forma de materialização do capital, nos seu aspecto de capital financeiro, encontra uma margem enorme de atuação e de desenvolvimento, essa característica de concentração e busca incessante de novos negócios a serem explorados passa a ser cada vez mais presente no cotidiano. Deste modo, temos que:

"Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos, como os incorpora, subordinam inclue-nos no seu grupo, no seu consórcio, por meio da

participação no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de crédito, etc." Lênin (1985, pg. 24).

Chamaremos por definição própria de "sistema financeiro" o ambiente onde o capital financeiro atua, seja ele na esfera de transações bancárias, na esfera produtiva através da atuação nos grupos industriais, na relação com o Estado, ou em qualquer outra situação política ou econômica que ele possa atuar diretamente.

A nova etapa do capitalismo mundial, marcada pela concentração e o monopólio, assim como o surgimento do capital financeiro, e sua rápida expansão e aliança com o Estado, traz uma nova era para o sistema histórico. Deste modo:

"O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios trazem consigo os princípios monopolistas: a utilização das relações para as transações proveitosas substitui a concorrência no Mercado aberto." Lênin (1985, pg. 50).

Continuando:

"O monopólio, uma vez que foi constituído e controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independente do regime político e de qualquer outra particularidade." Lênin (1985, pg. 44).

Uma das principais características do modo de produção capitalista são a sua facilidade de adaptação, inovação e revolução, onde ele consegue transformar-se cotidianamente para aperfeiçoar os mecanismos e as estruturas de acumulação e exploração.

Os estados nacionais, que nasceram da necessidade do capitalismo de possuir um corpo administrativo sobre a população em geral, e que esteve alinhado ao desenvolvimento dos pilares do capitalismo industrial particular, tem suas estruturas modificadas diariamente, sofrendo com as transformações desse mesmo capitalismo. Aprimora-se, portanto, a forma de atuação do Estado em relação à exploração capitalista:

"O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em provento dos monopolistas." Lênin (1985, pg. 41).

2.3 Capital financeiro e Imperialismo:

Enquanto as formas de extração de mais-valia eram predominantemente

encontradas através da remuneração do capital mercantil, derivado da circulação de mercadorias em um comércio amplo, as novas configurações dos estados capitalistas criaram as condições necessárias para a expansão do comércio mundial, explorando de forma intramarina e continental os países globais. Assim: "O que caracteriza o velho capitalismo, no qual dominava lentamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital." Lênin (1985, pg. 47).

Ainda sobre o monopólio, traço característico dessa nova fase do sistema capitalista mundial, devemos considerar alguns fatores marcantes:

"As quatro variedades essenciais do monopólio são:

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau elevado de seu desenvolvimento. Formam as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trustes.

Segundo: os monopólios vieram agudizar à luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos velhos motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-prima, pela exportação de capitais, pelas esferas de influência, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral." Lênin (1985, pg. 93).

Portanto, o monopólio efetivo, que concentra as indústrias e os bancos, também atua na partilha global, no quesito de controle das fontes de matérias-primas, através de uma influência direta da antiga política colonial, que era baseada na partilha de atuação econômica e exploratória dos territórios mundiais.

As dinâmicas que transformam o espaço produtivo, e comandam o gene da sociedade capitalista passam constantemente por um processo lento de centralização sobre uma região específica, e posteriormente mudam de centro catalisador com o decorrer da história.

Sobre essas transformações, temos alguns traços marcantes desse trajeto:

"No caso da Europa e das zonas que ela anexa, operou-se uma centragem na década de 1380, em benefício de Veneza. Por volta de 1500, houve um salto brusco e gigantesco de Veneza para Antuérpia, depois, em 1550-1560, um retorno ao Mediterrâneo, mas desta vez em favor de Gênova; enfim, por volta de 1590-1610, uma transferência para Amsterdam, onde o centro econômico da zona européia se estabilizará por quase dois séculos. Entre 1790 e 1815 deslocar-se-á para Londres. Em 1929, atravessa o Atlântico e situa-se em Nova Iorque." Braudel (1987, pg. 56).

Quando a divisão social e internacional do trabalho foi criada, também foi necessária a criação de economias nacionais que garantissem a expansão do

capital produtivo industrial, e a consolidação da exploração através da mais-valia.

Dado a exaustão da forma de acumulação da esfera produtiva, o sistema-mundo passou a deliberar novas formas de articulação entre os estados nacionais, e a esfera financeira passou a ser a prioridade da atuação econômica. Por conseguinte:

"o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue reinando como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos gênios das maquinações financeiras." Lênin (1985, pg. 21).

Nesta fase, afirma-se o primado da circulação do capital financeiro e a dominância da lógica da rentabilidade financeira sobre todas as atividades econômicas. Neste —espaço mundiallll, a interdependência entre as dimensões da -mundializaçãoll assume a forma de uma grande autonomia da dimensão financeira, na medida em que a circulação e a lógica da rentabilidade financeira fixam a norma de circulação e rentabilidade às demais atividades produtivas e comerciais.

A configuração deste —espaço mundiallll se caracteriza pela interação de três fatores: o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e finalmente, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Neste contexto, o próprio ciclo econômico real assume forma errática e passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros. Como é descrito abaixo:

"O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quatro estados de poder financeiro em relação a todos os restantes." Lênin (1985, pg. 45).

Nessa nova fase do capitalismo mundial, onde a esfera das finanças comanda as relações sociais e econômicas da população, as configurações dos Estados Nacionais são novamente modificadas, para mais uma vez garantirem a remuneração do capital e a sua lógica totalitária de exploração.

O "imperialismo" é a nova face capitalista descrita acima, onde o papel decisivo econômico e social encontra-se no controle daqueles que comandam o capital financeiro, em geral também são os mesmos que controlam os monopólios

produtivos, bancários e o Estado. Neste sentido, adotaremos o conceito descrito abaixo como "imperialismo":

"Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos as regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido." Lênin (1985, pg. 67).

2.4 Origens históricas e contextualização da dívida pública

Para uma análise mais adequada sobre as origens históricas da dívida pública dentro do capitalismo, é necessária uma visão histórica investigativa desse sistema no decorrer do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Caso a dívida pública seja uma ferramenta utilizada por todos os estados nacionais contemporâneos inseridos no circuito mundial da acumulação capitalista, como o é, o fato importante da análise será verificarmos as implicações sistêmicas desse método de financiamento estatal e ao longo dos séculos dentro do próprio sistema global do capitalismo.

Utilizaremos como referencial teórico a obra de Wallerstein (1979), onde ele investiga as principais estruturas que fazem o capitalismo possuir uma divisão em sistemas-mundo.

Um sistema-mundo é o modo de estruturação de uma matriz de desenvolvimento econômico central, ocorrendo em certo tempo histórico e espaço geográfico, que interage com as áreas ao seu redor, principalmente através da divisão social do trabalho e das relações econômicas, financeiras, sociais e culturais, criando uma grande influência perante essas áreas –virtualmentell anexadas.

Neste sistema-mundo, com predomínio do capital financeiro como determinantes das demais relações, temos um cenário interessante entre as

relações de diferentes países, como verificamos abaixo:

"O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é a subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos." Lênin (1985, pg. 62).

A principal contribuição deste método de análise está em identificar que o desenvolvimento do capitalismo mundial é o principal fenômeno da economia a ser estudado ao longo dos tempos, visto que os outros fenômenos inerentes a este sistema fazem parte de um complexo encadeamento histórico da estrutura social mundial.

Uma visão prática deste fato pode ser observada através do que foi exposto nas seções anteriores deste trabalho, onde o capitalismo embrionário, cheio de suas particularidades e limitações, ainda concentrado em algumas cidades-estados da Europa na Idade Média, criaram estruturas administrativas, políticas, coercitivas; posteriormente desenvolveu seus meios de exploração através do comércio, da produção e das finanças; além de ocorrer hoje em um espaço cada vez mais amplo do nosso planeta. Portanto, foi a expansão desse modo de produção e organização social que é o fator central do desenvolvimento histórico global, e as implicações que ele assume e causa devem ser estudadas.

O Estado estava em constante união com a ferramenta de poder, que na maioria das nações européias do início do sistema capitalista eram formadas pelo Parlamentarismo. Sobre essa aliança de interesses, e a formação da dívida pública, temos que:

"O Parlamento e, mais ainda, o governo de um Estado capitalista, por mais democrático que pareça ser, está atado à burguesia por cadeias doiradas que tomam o nome de dívida pública. Nenhum governo poderia durar mais de um mês sem bater à porta dos bancos para pagar as suas despesas correntes. Se os bancos se recusassem, o governo abriria falência. São duplas as origens deste fenômeno. Os impostos não entram diariamente nos cofres; as receitas concentram-se em certos períodos do ano, mas as despesas são contínuas. É deste modo que surge a dívida pública em curto prazo. Este problema não é de solução difícil, mas surge ainda outro problema, muitíssimo mais grave. Todos os modernos Estados capitalistas gastam mais do que recebem. Eis a origem da dívida pública em longo prazo para a qual os bancos e estabelecimentos financeiros adiantam dinheiro a juros elevados. Aqui está uma conexão direta e imediata, um laço diário, entre o Estado e a Alta Finança." Mandell (1977, pg. 7)

Além da divisão social do trabalho, ocasionada pela expansão da base material da economia mundial, o sistema-mundo, e suas relações com as áreas e estados nacionais ao seu redor, também realizam uma divisão internacional do

excedente econômico, seja ele mercantil, produtivo ou financeiro. Com isso, as estruturas dos estados nacionais são criadas para prestigiar essa lógica de sistema totalizante, sendo doutrinada pelas necessidades das economias centrais do sistema.

Esta divisão do trabalho social dentro do sistema-mundo é guiada pelos países que estão em estágio mais avançados de organização e estruturação econômica dentro do sistema histórico; com isso, a própria estruturação e desenvolvimento das economias periféricas respeitam desde o seu nascimento as relações econômicas que garantam uma vantagem mercantil, econômica ou financeira para os países centrais do sistema. Assim:

"As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só a massa dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo." Lênin (1985, pg. 82).

As categorias de centro-periferia servem para analisar o efeito sistêmico que as interações mercantis ditam sobre a economia mundial, onde os Estados Nacionais com maiores condições econômicas, política ou militar tomam vantagem dos Estados periféricos durante o curso da história. Para garantir a perpetuação da dominação econômica sobre as áreas periféricas, os países centrais tentam manter seu domínio por meios que garantam o lucro excepcional, tais como o monopólio, patentes, ganhos de produtividade tecnológica, entre outros. O mercado é utilizado para promover os ganhos na esfera mercantil e produtiva, mas é necessária uma aliança mais profunda para garantir seus domínios e privilégios perpetuamente, nesse quesito a aliança com os estados nacionais volta a ser importante.

Ocorrem entre os estados nacionais relações moldadas pelo sistema mundial e a divisão internacional do trabalho, sendo assim, alguns estados utilizam de arcabouços e ferramentas políticas, militares, econômicas ou sociais para obterem vantagem nas relações com os outros estados periféricos. As políticas estatais servem para garantir as vantagens e privilégios dos países centrais no jogo de poder com os países periféricos. Existe, portanto, um sistema -interestatal que organiza, dinamiza e hierarquiza as relações entre as economias nacionais dentro do sistema-mundo capitalista. Este fato foi brilhantemente identificado abaixo:

"Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a

exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de Estados-rentistas, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais a custa da exportação de capitais e do corte de contingente." Lênin (1985, pg. 94).

Sobre o debate da dívida pública, ela é para Marx (1986) um elemento intrínseco das finanças estatais contemporâneas do sistema-mundial capitalista, conforme descrito abaixo:

„A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fosse a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação [...] a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia." MARX, Karl (1986, Livro III, Vol. 2, pg. 11)

Os ambientes necessários para essa valorização do capital precisam ser garantidos, surgem assim às primeiras bolsas de valores modernas, que são criadas justamente para a negociação desses títulos. Se por um lado do debate econômico esses empréstimos ao Estado daria condições de financiamentos necessários para as economias nacionais, por outro lado foi o meio encontrado de garantir o desenvolvimento e aprimoramento da forma de acumulação do capital financeiro que estava ganhando relevância dentro da dinâmica do capitalismo mundial.

Serve como base à pesquisa o fato do estado capitalista ser o ambiente e co-autor responsável pelo direcionamento econômico, social e político da sociedade que vivemos, lembrando que ele é maleável de acordo com a dinâmica do ciclo de acumulação, e a dívida pública interage neste complexo sistema.

2.5 - Caráter de classe do Estado Capitalista:

Primeiramente é importante identificar o papel determinante que o Estado exerce sobre o conjunto da sociedade, e como os seus gastos ajudam a perpetuar o caráter de classe estatal.

O estado, *“nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa, ou seja, contra outros Estados e burguesias, como*

internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses” (MARX&ENGELS, 1984:101), portanto, é necessário entender os mecanismos de sustentação deste estado, e sua lógica acumulante, aí se encontra a importância do endividamento nacional como forma de suporte financeiro estatal.

Ainda sobre o caráter do estado, um traço marcante é:

“O segundo traço característico [do Estado] é a instituição de uma força pública, que já não mais se identifica com o povo em armas. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização espontânea da população (...) Essa força pública existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero”. ENGELS (2002:203-04)

É importante ressaltar as despesas de rubricas de segurança e exército, que juntas são parte do aparelho repressor do Estado, e em grande parte mantém suas atividades através do endividamento público, e como meio impulsionador do círculo de acumulação capitalista nos países mais desenvolvidos do sistema.

Devemos destacar o caráter de protetor universal que o Estado exerce, assim como foi identificado:

“para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem”. ENGELS (2002:203-04)

O predomínio ideológico da classe dominante (os capitalistas, detentores dos meios de produção) sobre a classe subalterna (os trabalhadores, detentores da própria força de trabalho) na sociedade civil, parece se manifestar tanto na forma de repressão e poder militar, mas também enquanto capacidade de convencimento ideológico e subordinação consentida aos seus interesses dominantes.

O sistema de financiamento do Estado também traz consigo ferramentas de exploração, já que estabelece com base em princípios fiscais e de arrecadação tributária a defesa de seus interesses. Como descrito a seguir:

“E o dinheiro dos capitalistas, comerciantes, banqueiros, negociantes, que, em larga parte, enche os cofres do Estado. Sempre, desde esse tempo, uma vez que os capitalistas pagam para manter o Estado, exigirão que este se coloque inteiramente ao serviço deles. Tornam isto perfeitamente claro e sentido pela própria natureza das leis que promulgam e pelas instituições por eles criadas.” Mandel (1977, pg. 4)

Algumas realidades e instituições políticas atuais são reflexas de origens claramente burguesas, mas que por necessidade econômica, e mesmo de manutenção de seu poder, passaram por alterações no seu formato inicial, e na sua

aparência. Como por exemplo:

"Várias instituições que hoje parecem de natureza democrática, por exemplo a instituição parlamentar, revelam claramente a natureza de classe do Estado burguês. Assim, na maioria dos países em que foi instituído o parlamentarismo, só a burguesia tem direito a voto. Esta situação durou, na maioria dos Estados Ocidentais, até fins do último século e mesmo princípios do século XX." Mandel (1977, pg. 4)

A participação do conjunto da população para a escolha dos detentores do poder político é uma característica recente da economia capitalista, visto que as necessidades dos estados foram transformadas. Anteriormente os impostos atingiam apenas os que possuíam riquezas a serem taxadas, dessa forma apenas estes possuíam o poder de escolha:

"No século XVII, quando o capitalismo inglês proclamou: "Nada de impostos sem nossa representação!", era apenas a representação da burguesia que ele tinha em mente; porque a idéia de que o povo, que nada tinha e não pagava impostos, pudesse votar, parecia-lhe ridícula e absurda. Pois não é criado o parlamento para o próprio fim de controlar as despesas feitas com o dinheiro dos contribuintes?" Mandel (1977, pg. 4)

Ainda sobre esse argumento descrito acima, no início do século passado, quando a questão do sufrágio universal passou a ser tema de debate político na Europa, temos ainda a seguinte situação:

"Este argumento, extremamente válido sob o ponto de vista da burguesia, foi adotado e desenvolvido pelo partido da burguesia doutrinária no tempo em que se reivindicava o sufrágio universal. Para este partido burguês, o papel do parlamento consistia em fiscalizar orçamentos e despesas e só quem paga impostos tem essa fiscalização; quem não paga tem uma tendência constante para aumentar os gastos visto que não custeia as despesas. Mais tarde, a burguesia começou a encarar o problema de outra maneira. Com o sufrágio universal nasceu o imposto universal que cada vez mais sobrecarga os operários. Foi deste modo que a burguesia restabeleceu a "justiça" inerente ao sistema." Mandel (1977, pg. 5)

Com o desenvolvimento do movimento político, assim como o acirramento da luta de classes entre os capitalistas e os trabalhadores, as instituições políticas burguesas precisaram passar por reformas, que tinham como pano de fundo criar um cenário de maior aceitação e legitimação desse conjunto de estruturas governamentais. Deste modo:

"Por meio da luta empreendida pelo movimento operário, certas instituições do Estado burguês tornaram-se mais sutis e mais complexas. (...) O caráter de classe do Estado tornou-se então menos transparente. A natureza do Estado como instrumento do domínio de classe passou a ser menos evidente do que no tempo em que reinava a burguesia clássica, quando as relações entre os diferentes grupos no exercício de funções do Estado eram — tão transparentes como na época feudal." Mandel (1977, pg. 5)

Essa percepção de neutralidade é estabelecida a partir da noção de máxima eficiência econômica do Estado e sua atuação corresponderia a critérios de

equidade e justiça. Por outro lado, a noção de universalidade aplicada à arrecadação tributária, para a qual todos contribuiriam segundo o princípio smithiano da capacidade contributiva, ou seja, segundo o rendimento de que cada um desfruta, contornam os complicados problemas das diferenças de renda próprias ao sistema de produção capitalista e identifica o Estado com a sociedade em geral que o financia.

Apesar das modificações nas aparências das instituições políticas, e de muitas vezes os regimes políticos serem escolhidos de modo "democrático" através do sufrágio universal, as relações de poder são mais profundas e complexas do que essa análise superficial.

Assim, temos que:

"O Estado é, acima de tudo, um conjunto de instituições permanentes: o exército (efetivo e de reserva), a polícia geral, a polícia especial, a polícia secreta, os altos administradores nos departamentos governamentais (os serventuários-chave dos serviços, os corpos de segurança nacional, os juizes, etc.) — todos quantos estão livres da influência do sufrágio universal. Este poder executivo está a ser constantemente reforçado. À medida que aparece o sufrágio universal e se vai desenvolvendo certa democratização, aliás, completamente formal, de determinadas instituições representativas, verifica-se que o poder efetivo e real desloca-se dentro dessas instituições para outras que estão cada vez mais afastadas da influência do Parlamento." Mandel (1977, pg. 5)

Portanto, como resultado, verificamos que:

"Este processo mostra perfeitamente que a igualdade política é mais aparente do que real e que o direito do cidadão ao voto não passa de um mero direito de meter um pedacinho de papel na caixa da assembleia de votos, de tantos em tantos anos. O direito não vai mais longe, nem (sobretudo) alcança os centros reais onde se tomam as decisões e se exerce o poder." Mandel (1977, pg. 6)

No sistema capitalista observa-se a divisão definitiva entre sociedade civil (econômica e privada) e Estado (sociedade política e pública). Constata-se que as finanças do Estado assinalam claramente essa transição, sendo vital a constituição de fluxos privados que alimentem as forças públicas. Esse aspecto reforça a noção do Estado de classe em contraposição ao Estado plural, pois as finanças do Estado são antes de tudo forma renda da mais-valia e o elo principal entre o econômico e o político, fonte da não exterioridade do Estado e de suas funções em relação à acumulação capitalista.

Assim, as instituições políticas, econômicas e executivas do Estado estão em constante mutação, mas mantendo seus interesses atrelados ao da burguesia, e também as novas configurações do sistema histórico, identificando em si mesmo a nova fase do capitalismo financeiro mundial.

Portanto, as finanças públicas já carregam consigo as contradições e interesses de classe dentro do estado burguês, apesar de passar a idéia de buscar objetivamente o interesse plural e social da nação.

A função do Estado por si só já demonstra seu motivo principal:

"o Estado é uma entidade criada pela sociedade para fiscalização do funcionamento diário da vida social; está ao serviço da classe dominante, com o fim de manter o seu domínio. Existe uma necessidade objetiva para esta organização-cão-de-guarda, uma necessidade muito intimamente ligada ao grau de pobreza, ao grau de conflito social que existe na sociedade.

De um modo geral e histórico, o exercício das funções do Estado está intimamente ligado à existência de conflitos sociais. Por sua vez, estes conflitos sociais estão intimamente ligados à existência de certa escassez de bens materiais, de recursos, de meios necessários para a satisfação das necessidades humanas.

Este fato tem que ser sublinhado: enquanto existir o Estado, será ele a prova de que há conflitos sociais, (portanto, uma relativa escassez de bens e serviços). Desaparecendo os conflitos sociais, desaparecerão os cães-de-guarda, por inúteis e parasitas, — mas nunca antes disso! " Mandel (1977, pg. 7)

Agora que o papel do Estado como mantenedor de políticas públicas, e a origem e razão dos seus gastos e esforços já foram demonstrados, passemos a analisar a o sistema de crédito, a dívida pública e o financiamento estatal dentro do círculo de acumulação capitalista.

3 - O SISTEMA DE CRÉDITO E O CICLO DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA:

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, o modo de materialização e as relações sociais e econômicas foram modificados, aperfeiçoando os limites de atuação do capital e sua lógica.

Como vimos anteriormente, o capital financeiro passou a ser o principal agente impulsionador das relações dinâmicas do capitalismo, nessa nova fase de –financeirização econômica.

As estruturas da economia mundial precisaram aperfeiçoar-se para dar condições que a acumulação financeira ocorra da melhor maneira possível, com isso, o sistema bancário, as instituições reguladoras internacionais e o próprio sistema de crédito passaram por transformações.

O sistema de crédito possui um papel central no modo de produção capitalista, e sua principal ação ocorre através do capital financeiro, que é a aliança entre o capital industrial com o capital bancário.

A acumulação financeira do sistema capitalista possui em um dos seus pilares mais fortes, além é claro da exploração da mais-valia, a exploração através do capital portador-de-juros, dos títulos da dívida pública, da especulação com ações, debêntures, entre outros ativos. Essas negociações financeiras rentáveis para a burguesia ocorrem através de comercializações dentro do sistema de crédito e dos bancos comerciais, respeitando as legislações e instituições financeiras nacionais. Portanto, é vital a identificação dos limites de atuação de uma economia nacional periférica dentro do sistema capitalista global, para avaliarmos seu nível de dependência, exposição e fragilidade em relação aos países centrais.

Para Marx (1981, Livro 1, vol. 2, pg. 828), o segredo da acumulação primitiva do capital é a –expropriação dos cultivadores durante a decadência do feudalismo, através da –conquista, a dominação, a rapina à mão armada, o predomínio da força bruta... Na realidade, os métodos de acumulação primitiva são tudo o que se queira, menos matéria de idílios. Já na era do capitalismo industrial, em fins do século XVII, –os diferentes métodos de acumulação primitiva formam um –conjunto sistemático, abrangendo ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, a finança

moderna e o sistema protecionista. Alguns desses métodos apóiam-se no emprego da força bruta, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade.

3.1 - O capital portador de juros e os títulos da dívida pública

O sistema de crédito é um dos alicerces centrais para o fluxo monetário e financeiro do sistema capitalista, o dinamismo do processo de acumulação ocorre via crédito, e nem sempre via moeda. Como já identificou GERMER (1995:128), em:

“o conceito de sistema de crédito para designar a estrutura de circulação de valores própria do capitalismo, em oposição ao conceito de sistema monetário, que designa a estrutura de circulação dos valores própria da circulação simples, isto é, por intermédio do dinheiro, principalmente metálico, nas funções de meio de circulação e de pagamento”.

Em um sistema monetário simples, a mercadoria tem um correspondente imediato em valor dinheiro, esta troca imediata é a condição para uma economia mercantil simples, onde o fim em si é o consumo do bem. Em uma sociedade capitalista contemporânea, onde a acumulação de riqueza é o fim específico, a troca se dá por relação social e monetária diferentes.

A função do dinheiro, para Marx, é muito mais complexa que isto, visto que a mercadoria-dinheiro precisa assumir-se como equivalente-geral, trazer consigo o tempo de trabalho social necessário para a produção de determinado bem, para ser considerada como mediadora universal das trocas. O dinheiro também assume as funções de meio de circulação, meio de pagamento, entesouramento, padrão de preço e dinheiro mundial.

Desta forma, temos que:

"Dinheiro - considerado agora expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias - pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago - produto excedente e mais-valia - e dela apropriar-se. Por isso, além do valor-de-uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor-de-uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor-de-uso consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital. MARX (Livro 3, 1981, pg. 453).

De acordo com a teoria marxista, o dinheiro de crédito é, ao mesmo tempo,

instrumento de crédito que desempenha as referidas funções de circulação (meios de circulação e de pagamento), e capital produtor de juros (montante de renda acumulada do processo passado), que se valoriza com base na difusão da função meio de pagamento do dinheiro e no desenvolvimento do sistema bancário.

O sistema de crédito abrange um conjunto de instituições, legislações e relações que alimentam o círculo de acumulação capitalista. Nele, o capital produtor de juros movimenta-se na busca de sua expansão, exploração e acumulação, interagindo de forma muito dinâmica entre os investidores, os países e toda a sociedade, conseqüentemente. Este sistema foi o modo que o capital industrial encontrou para expandir-se e controlar a economia mundial, através da aliança com o capital usurário, como esclareceremos em passagem futura.

Sobre o capital produtor de juros, temos que:

"A coisa é diferente com o capital produtor de juros, que justamente marca seu caráter específico. O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceira, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria capital; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede a priori para cessionário, é valor que possui o valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro." MARX (Livro 3, 1981, pg. 459).

Um dos primeiros mecanismos de crédito utilizado foi às letras de câmbio, onde um comprador adquiria um direito futuro de materialização da compra, e o vendedor recebia o direito futuro de receber a referida mais-valia, advinda do processo produtivo que ele exerceria posteriormente. Com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão das relações mercantis naturalmente se desenvolvem os vínculos entre produtores, credores e devedores em rede. A formalização destes vínculos se processa inicialmente mediante nas letras de cambio, que são títulos comerciais que designam ao portador a posse sobre um crédito do devedor. Esses títulos de dívidas vão aos poucos se formalizando como o meio mais geral de circulação de valores, substituindo a circulação monetária por uma paulatina e crescente circulação creditícia.

Temos que:

Sobre o sistema de credito -

1 - Necessidade de seu desenvolvimento para produzir-se o nivelamento da taxa de lucro.

2 - Decréscimo dos custos de circulação.

O credito poupa de 3 maneiras:

A - suprimindo-o em grande parte das transações

B- acelerando o movimento dos meios de circulação

C- Substituindo o dinheiro-ouro por papel

O crédito acelera as diversas fases da circulação ou da metamorfose das mercadorias e ainda da metamorfose do capital. MARX (Livro 3, 1981, pg. 581).

A compra e venda através de crédito leva a justaposição de credores e devedores ao longo do circuito mercantil, o crédito serve de veículo de circulação das mercadorias nas fases sucessivas da produção e permite que se transfira de um comerciante (produtor) a outro os créditos que um determinado capitalista detém sobre um terceiro, de tal forma que os títulos de dívida passam a ser o veículo de transformação da mercadoria e realização do valor. Esse encadeamento de crédito comercial é o que origina o sistema de crédito.

A extensão do crédito de circulação tem efeitos sobre a necessidade de meios de circulação das mercadorias. Com a consolidação da negociação de títulos, se torna possível a realização de pagamentos com base em títulos de dívida, no lugar de dinheiro. Desse modo reduz-se a quantidade necessária de dinheiro para dar vazão à totalidade das trocas. O título (letra de câmbio, nota promissória) constitui-se então em uma forma de dinheiro de crédito. É possível, dessa maneira, promover uma expansão da produção capitalista que não seria atingível caso cada capitalista precisasse ter em mãos o capital na forma de dinheiro (capital monetário) para iniciar ou continuar seus ciclos de reprodução.

Assim:

"Quanto maior a facilidade com que se obtém adiantamento sobre mercadorias não vendidas, tanto mais se torna esses adiantamentos e maior a tentação de fabricar mercadorias ou lançar mercadorias já fabricadas em mercados distantes, com o objetivo único de conseguir adiantamentos de dinheiro." MARX (1981, pg. 540).

Outra consequência da existência do dinheiro de crédito é a redução da pressão sobre o capital monetário em um ciclo de expansão. A fase virtuosa permite às empresas uma maior concessão mútua de crédito, o que absorve parte da demanda por capital monetário.

O capital comercial atua sobre duas faces, ora como capital de comércio de mercadorias, e ora como capital de comércio de dinheiro. Quando no papel de capital de dinheiro, os banqueiros auxiliam essa função através de atividades como: cobranças, pagamentos, transferências, contabilidade e administração de saldos de créditos entre capitalistas. Além de padronizar o sistema de transferência monetária e de valor, os bancos também criam uma forma de controlar todo o processo comercial e contábil das transações correntes. Como descrito abaixo:

"A divisão do trabalho faz com que essas operações técnicas, condicionadas pelas funções do

capital, sejam tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas como funções exclusivas, ficando concentradas em suas mãos. Há aí divisão do trabalho em duplo sentido, como acontece com o capital mercantil. Aquelas funções se tornam negócio especializado, e porque se efetuam como negócio especializado convergente ao mecanismo financeiro de toda a classe, concentram-se, são exercidas em grande escala. Pagamentos, destinatários de dinheiro, operações de compensações, escriturações de contas-correntes, guarda do dinheiro, etc., todas essas operações técnicas, separadas dos atos que as tornam necessárias, transformam em capital financeiro o capital nelas adiantado." MARX (Livro 3, 1981, pg. 423).

Portanto, com o desenvolvimento do capitalismo, os banqueiros aos poucos exercem outras duas funções centrais: i) gerenciam as relações de crédito comercial entre diferentes capitalistas, o que leva a substituição das letras comerciais privadas por notas bancária, ocasionando a centralização dos direitos sobre dívidas nas mãos dos mesmos; ii) centralizam o conjunto de reservas monetárias ociosas dos diversos circuitos de acumulação e de rendas não consumidas na sociedade. Os banqueiros, enquanto capitalistas monetários desenvolvem a função de controle dessa massa monetária e da sua cessão na forma de empréstimo ou crédito monetário.

O capital bancário passa a controlar em diversos momentos o ciclo de negócios, consolidando o sistema de crédito mediante a transformação das letras de câmbio industriais e comerciais em notas bancárias, ou seja, o sistema de crédito bancário passa a hegemonizar e homogeneizar o sistema de crédito, tendo a nota bancária o papel representativo do conjunto da oferta social de disponibilidades monetárias centralizadas pelos bancos.

A atual forma dominante do dinheiro de crédito consolidou-se no depósito bancário, que se difundiu na medida em que o sistema bancário centralizou a massa de transações financeiras entre capitalistas e passou a existir ao lado das notas bancárias como forma típica do dinheiro no capitalismo contemporâneo.

Esta forma divide a mais-valia em duas magnitudes, uma parcela é apropriada pela classe de capitalistas funcionais na forma de lucro do empresário e outra parcela é referente ao juro apropriado pela classe de capitalistas monetários, onde Marx demonstra a origem do juro e, em elevado nível de abstração, estabelece as condições do aparecimento e desenvolvimento do capital de empréstimo-.

Essa divisão de faces do capital apropriado da mais-valia também cria uma divisão entre a classe dos capitalistas, controladores deste capital, que agora podem exercer a função de capitalista produtivo industrial, ou também como

capitalista financeiro creditício. Esta divisão na classe capitalista, e a disputa entre eles pelo controle do crédito no sistema de acumulação, é outra contradição intrínseca ao modo de produção em questão. Desta maneira:

"Como se dá com o capital comercial, parte do capital industrial existente no processo de circulação na figura de capital-dinheiro se destaca e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante. Os movimentos desse capital-dinheiro, portanto, são, por outro lado, movimentos apenas de parte que se tornou autônoma do capital industrial empenhado no processo de reprodução." MARX (Livro 3, 1981, pg. 421).

Um componente teórico importante desta abordagem diz respeito à diferenciação entre capital e mercadoria capital. O capital é valor que se valoriza, ou seja, é uma magnitude de valor que exposto as condições de acumulação ($D - M (Mp/Ft) \dots - P \dots M' - D'$) expande, reproduzindo neste processo as magnitudes de valor adiantado ($D - Mp/Ft$) e produzindo novo valor (mais-valia).

O capital materializado como expressão de valor não pode ter um preço diferente dele mesmo, pois o preço é a expressão monetária do valor, então o preço do capital é o próprio capital ou o seu valor monetário. O juro enquanto preço do capital é em função do exposto uma irracionalidade, pois neste caso o capital teria dois preços, primeiro um valor e depois um preço que difere desse valor. O que pode ser posto numericamente na forma seguinte: o valor-capital de R\$1.000,00 = a valor monetário R\$1.000,00. Porém, supondo uma taxa de juro de 10%, o valor-capital R\$1.000,00 = a valor monetário R\$1.100,00.

Temos que o juro é:

"A parte do lucro paga ao cedente chama-se de juro, que nada mais é que nome, designação especial da parte do lucro, a qual o capitalista em ação, em vez de desembolsar, entrega ao dono do capital." MARX (Livro 3, 1981, pg. 454).

E continua:

"É o valor-de-uso que o dinheiro adquire por converter-se em capital, poder funcionar como capital e assim produzir em seu movimento determinada mais-valia, o lucro médio, ao mesmo tempo conservar a magnitude primitiva do valor. Quanto às demais mercadorias, quando desaparece a substância da mercadoria simultaneamente com o valor." MARX (Livro 3, 1981, pg. 467).

Na relação capital-juro, a mercadoria-capital estabelece-se como uma nova forma para o capital. Através da capacidade do capital de ser utilizado para por em movimento o processo reprodutivo e assim expandir valor, o capital passa a ser comercializado como um bem especial. A sua venda cria um espaço mercantil de negociação, ou seja, de oferta e demanda da mercadoria-capital ou de capital de empréstimo. Assim o juro não é o preço do capital, como é comumente analisado

de forma irracional, e sim da mercadoria-capital.

Desta maneira, o juro materializa-se de duas formas dentro do processo produtivo e de acumulação, atuando como rendimento na primeira forma descrita, enquanto parcela da mais-valia; no segundo momento ele atua como preço da mercadoria-capital, sendo um custo do adiantamento da produção social inicial.

Como parcela de mais-valia ele é descrito a seguir:

"Mas, como acontece com todo o capital no ponto de partida, o dinheiro só é capital em si ao ser realizado. Só com seu emprego valoriza-se, realiza-se como capital. Mas, realizado o capital, o prestatário é obrigado a devolvê-lo, a restituí-lo, portanto, como valor acrescido de mais-valia, isto é, de juro; e este só pode ser parte do lucro que realizou." MARX (Livro 3, 1981, pg. 469).

E no segundo aspecto é caracterizado abaixo:

"Por conseguinte, se o preço expressa o valor da mercadoria, o juro exprime a valorização do capital-dinheiro e aparece por isso como o preço que por esse capital se paga ao prestamista. A priori ressalta, portanto, absurdo querer aplicar aí, como o faz Proudhon, as condições simples da troca propiciada pelo dinheiro, as condições de compra e venda." MARX (Livro 3, 1981, pg. 471).

Com o desenvolvimento do sistema de crédito, o entesouramento funcionalmente regulava a quantidade de massa monetária em circulação; ele absorvia a quantidade de moeda que excedia as necessidades da circulação, e em momentos de expansão da circulação liberava moeda, sendo esse processo feito instrumentalmente através dos mecanismos da acumulação e circulação capitalista.

A forma tesouro se relaciona ao conteúdo e desenvolvimento do capital-dinheiro, sendo a manifestação de um momento técnico do processo de acumulação capitalista, o qual origina diretamente o capital de empréstimo. A forma tesouro é a forma dinheiro do capital que não se encontra em circulação, ou seja, e forma capital-dinheiro latente materializado na forma de reservas monetárias que serão ativadas pelo sistema de crédito.

3.2 A circulação financeira dentro do sistema de crédito

O capital produtor de juros é a base do sistema de crédito, ele atua para condicionar o ciclo reprodutivo de acumulação por outro capitalista. O ciclo reprodutivo de cada capital implica a manutenção e contínua geração de valores monetários que, mesmo que não o integrem diretamente, são condicionantes ou resultados necessários dele.

A extração do capital produtor de juros decorre da compulsão do capital economizar o dinheiro nas suas outras funções originais, tais como circulação e meio de pagamento, assumindo assim a forma de intermediação e criando uma impressão da inexistência de barreiras para realização e criação de valor.

Deste modo, temos que:

"temos, também aí, a forma geral do capital $D - D'$ ". Ao adiantar D , quem o desembolsa obtém $D + \Delta D$. Mas a mediação de $D - D'$ não se refere ai os elementos materiais, mas sim os elementos técnicos da metamorfose.

É evidente que a massa de capital-dinheiro, que os comerciantes de dinheiro (banqueiros) manipulam, é o capital-dinheiro que está na circulação, os capitalistas comerciais e industriais, e que as operações que realizam são apenas as operações desses capitalistas a que servem de intermediários." MARX (Livro 3, 1981, pg. 429).

Portanto, é por esse aspecto que o sistema de crédito transpõe barreiras para o capital financeiro circular livremente, e auxilia o mesmo na perpetuação do ciclo de acumulação. A dinâmica do capitalismo necessita de condições para se promover continua e ininterruptamente, pressionando cada vez mais o sistema financeiro mundial em busca de novas soluções tecnológicas, legais e estruturais que promovam a maior interação e liberdade para o fluxo de capitais expandir-se.

Alguns autores, como De BRUNHOFF (1978), desvendam que, no entendimento de Marx sobre as reservas monetárias, não existe nenhuma aproximação com o conceito keynesiano de preferência pela liquidez, motivados por uma percepção metodológica individualista. As reservas monetárias de capital ocioso são para Marx elementos concreto e direto do ciclo de acumulação e não decisões subjetivas dos agentes econômicos capitalistas, elas são parte necessária para o ciclo acumulativo.

É importante identificar alguns aspectos das reservas de valores monetários que fazem parte do capital portador de juros, e que interage dentro do sistema de crédito em função da lógica do sistema capitalista.

As reservas podem exercer a função de circulação, como capital ou meio de pagamento; função alinhada à produção, como capital depreciado das máquinas envolvidas no processo produtivo; função de reinvestimento, ligada a reserva monetária que dará início a um novo ciclo de acumulação reservas para solvência de dívidas; as reservas dos trabalhadores, que se materializam na criação dos fundos de pensões; e por último nas reservas do Estado, que também é atuante no sistema de crédito.

Para Marx (1981), no volume III de O Capital, o capital produtor de juros

possui uma relação endógena direta com o capital produtivo e sua extração de mais-valia, já que é em função deste que se desenvolve um direito futuro de rendimento pelo capital emprestado, subordinado pelo capital aplicado na economia real.

É no sistema bancário que se concentra o capital produtor de juros, e através deste sistema que o ciclo de expansão e acumulação do capitalismo ocorre. A conexão entre os capitalistas que emprestam, e os que tomam emprestados, existe graças aos bancos. O sistema de compensação interbancária permite que a emissão de cheques ou ordens de pagamento contra ou a favor de um capitalista industrial, por exemplo, constitua um fluxo permanente de dinheiro de crédito e registros contábeis ao invés de movimentos de dinheiro real.

Como demonstrado abaixo:

"Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras - primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição ao crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e finalmente, de decidir inteiramente sobre seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc." Lênin (1985, pg. 27).

O crédito bancário resultante da centralização das reservas monetárias e com uso concentrado nos sistema bancário desenvolveu-se perante dois mecanismos principais: o desconto de títulos comerciais - inicialmente letras de câmbio - e o empréstimo monetário direto. O desconto de letras de câmbio foi historicamente o primeiro processo que possibilitou a conversão do crédito comercial em crédito monetário. O banco ao descontar o título antecipa o valor de face do mesmo e o empréstimo é de fato o adiantamento de capital de empréstimo e não antecipação como a operação anterior. A diferença de forma é bastante simples: um banco concede um empréstimo quando recebe o pagamento pelo capital de empréstimo na forma de juro no fim do período, enquanto o desconto, sendo uma operação triangular entre dois capitalistas, intermediado pelo banqueiro, o juro é deduzido no momento de transferência do título.

Desta forma o sistema bancário cria uma grande elasticidade do crédito, acelerando a circulação e criando as necessidades para a reprodução do capital, onde cada unidade monetária guardada no sistema executa além da função de

reserva monetária, a função de depósitos e empréstimos diversos, alimentando o ciclo da acumulação.

Assim, GERMER (1995:128) assinala que Marx utiliza -o conceito de sistema de crédito para designar a estrutura de circulação de valores própria do capitalismo, em oposição ao conceito de sistema monetário, que designa a estrutura de circulação dos valores própria da circulação simples, isto é, por intermédio do dinheiro, principalmente metálico, nas funções de meio de circulação e de pagamento

Uma das funções do sistema de crédito internacional, e tema de pesquisa deste trabalho acadêmico é o modo de adquirir excedente econômico através da compra de títulos dos estados capitalistas modernos, pela ótica de acumulação do capital financeiro. O processo de constituição e expansão deste sistema tem uma forte relação com as contas nacionais, sendo a dívida, o gasto e crédito público componente importante dentro de um sistema internacional de expansão do capitalismo contemporâneo.

O capital de empréstimo ou capital produtor de juros é a mais fetichística das formas de manifestação das relações de propriedade, sua forma de apresentação (D—D') dinheiro que gera mais dinheiro. Além de ocultar o real processo de produção da riqueza econômica – a exploração da força de trabalho -, consoma o fetiche automático, um valor que expande a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma não traz mais o estigma de sua origem. A relação social consoma-se em relação das coisas (dinheiro, mercadoria) consigo mesma.

Como verificamos abaixo:

"No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma D - D", dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos." MARX (Livro 3, 1981, pg. 519).

E ainda complementa:

"Trata-se agora de adiantamento de capital. A relação do capital consigo mesmo, na qual se representa- quando consideramos o processo capitalista na produção em sua totalidade e unidade - e na qual é dinheiro que gera dinheiro, a ele passa a incorporar-se agora pura e simplesmente, sem o movimento mediador, como característica e vocação próprias." MARX (Livro 3, 1981, pg. 460).

O capital-dinheiro de empréstimo é funcional à acumulação capitalista, mesmo sendo uma expressão relativamente autônoma do capital industrial. A funcionalidade tanto do capital comercial quanto do capital de comércio de dinheiro em relação ao capital industrial os torna formas totalmente condicionadas à dinâmica de expansão valorativa do capital produtivo, sendo essa característica de

valorização o centro irradiador de riqueza real para todo o sistema. O que é distinto do capital-dinheiro de empréstimo, pois a sua funcionalidade relaciona-se não ao capital produtivo em si, mas a mobilidade do capital, resultante que é da ativação continua de capital-dinheiro latente, possibilitado pela atuação dentro do sistema de crédito.

O sistema de crédito é tratado por Marx em diversos pontos de sua obra como o principal mecanismo desenvolvido pelo capitalismo para acelerar as condições de reprodução do capital, por exemplo, no Livro II (1987:248) faz a seguinte observação:

“A execução de obras de grande escala e de período de trabalho bastante longo só passa a ser atribuição integral da produção capitalista, quando já e bem considerável a concentração do capital, quando o desenvolvimento do sistema de crédito proporciona ao capitalista o cômodo expediente de adiantar e, portanto de arriscar, em vez do seu, o capital alheio”.

O sistema de crédito enquanto forma de mobilização do capital produtivo caminha lado a lado com o desenvolvimento de outros diversificados usos do capital de empréstimo, desde o financiamento do Estado via emissão de títulos públicos, ao financiamento de capital fixo via emissão acionária, até o financiamento de recompra de títulos no mercado secundário, conformando uma impressionante massa de valores virtuais representados em diferenciadas formas de títulos ou direitos de propriedade.

Podemos verificar esta situação do sistema de crédito na passagem abaixo:

“ Assim, este acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do Mercado mundial, e levar até certo nível esses fatores, bases materiais da nova forma de produção, é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção.” MARX (1981, pg. 588).

O sistema de crédito se desenvolve de fato em função da dinâmica capitalista de produzir automática e ininterruptamente esses fundos monetários de capitais ociosos, reserva de valor que se forma ao longo do ciclo reprodutivo do capital e que se torna capital potencial, requerendo sua ativação mediante o sistema de crédito bancário.

Parte importante do capital de empréstimo constitui-se em forma fictícia de capital, títulos representativos de capitais duplicados ou desfeitos como renda e que assumem função própria na circulação, porém é subordinada a dinâmica de valorização do circuito produtivo da mais-valia, o qual continua acontecendo sobre

essas formas inexatas.

3.3 - O papel do capital fictício

Os percursos e formas que o capital como produto original (acumulação de movimento e trabalho social realizado anteriormente), articula, se desenvolve, revoluciona-se, dentro da dinâmica do modo de produção capitalista é espantoso pela sua organicidade e capacidade de mutação, ocorridas através das relações dialéticas também no modo de acumular e explorar.

Como vimos anteriormente, o capital produtor de juros transcorre todo o sistema de crédito via bancos, para alinhado com o desenvolvimento dos mecanismos de liquidez e circulação, possa movimentar-se buscando sempre a melhor valorização disponível. Uma das formas que esse capital atua é através de títulos, entre eles, os títulos da dívida pública, e ele materializa-se na forma de um capital que não possui laços diretos com a realidade que o formou, assumindo assim uma forma de capital fictício, que iremos debater abaixo.

Dentro da literatura da Economia Política, muitos estudiosos debatem acerca do desenvolvimento e da função do capital fictício no circuito do sistema financeiro internacional. O capital fictício é importante por ser um conceito que representa a riqueza social ilusória dos diversos títulos de propriedade, cuja base real foi em certo sentido destruído ou consumido no processo reprodutivo da acumulação capitalista. Desta forma aponta CARCANHOLO (2003:94):

“O capital fictício (...) do ponto de vista do ato individual e isolado, e um capital real; nas mãos de qualquer empresário pode converter-se em qualquer outra forma de capital ou de riqueza real. Por outro lado, do ponto de vista da totalidade é real e fictício ao mesmo tempo; real, por exigir remuneração como qualquer outro; fictício, por não ter substancia material nenhuma e em nada contribuir para a produção do excedente, da mais-valia”.

Esta massa de valor que é fictícia e ilusória, em relação ao aspecto social que a antecedeu, e nas condições de reprodução dentro do sistema; por outro lado, são bem real e absoluta dentro do sistema de crédito, se considerar os capitalistas e detentores desses títulos de forma individual.

O capital fictício é uma categoria do capital emprestável, como forma ficcional em função de seu valor real não mais existir, tendo sido destruído (gasta

ou despendida) em um período anterior. O primeiro movimento que origina um capital fictício ilustra uma transferência convencional de capital de empréstimo do prestamista ao prestatário, podendo ser uma empresa ou o Estado. Este capital de empréstimo desaparecera ao ser adiantado como capital pela empresa ou gasto pelo Estado, na medida em que seu valor de uso foi destruído e com ele seu valor.

O segundo movimento que forma o capital fictício corresponde pela emissão de títulos de propriedade de valor de face nominal, especificado como uma fração do capital de empréstimo preterido, representando simbolicamente a dívida que do direito jurídico sobre valores futuros, sendo esses títulos uma contraprestação ao capital emprestado, rendendo um percentual de juro sobre a fração.

O capital fictício, por fim, surge do processo de capitalização dos títulos. Conforme os mesmos passam a dar direito ao seu portador de um retorno percentual (juro), tal como um capital real, porém a magnitude desse capital passa a ser calculada como uma exponencial da taxa de juro média. Assim, inversamente ao capital real que produz a mais-valia e, portanto, é sua ordem de grandeza que determina o valor líquido criado, nesta forma fictícia é o rendimento (na forma de juro) que determina a grandeza do capital, através do processo de capitalização.

O capital fictício, portanto, tem origem no princípio do capital produtor de juro expressar todo retorno ou pagamento de renda monetária como aparente juro de um capital, derivado ou não de um capital efetivo, supondo-se, a multiplicação de valores oriundos de um capital preexistente ou mesmo antes destruído, como no caso da dívida pública. É a forma capital em função de que possibilita ganhos ou rendimentos presentes e futuros, porém define-se como fictício por ser um valor-capital e um clone do valor real em circulação ou fixado na produção, como no caso da dívida pública é a capitalização de um rendimento de um valor preterido, gasto na circulação reprodutiva do Estado. Capitalização, portanto, é o processo de criar capital fictício, ou seja, considerar a partir da taxa média de juro, que qualquer renda regular recebida resulte de um montante dado de capital monetário de empréstimo.

O capital fictício não representa capital algum, os rendimentos e os juros obtidos não são dedução de qualquer mais-valor de determinado processo, pois não há capital para ser valorizado. O que ocorre é mera distribuição do excedente já gerado em outra esfera. São multiplicações de papel de capital extinto, funcionando como capital para seus proprietários, já que são mercadorias vendáveis e atuam como capital em potencial.

Como verificado abaixo:

“Na realidade todos esses papéis constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, e o valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como e o caso das apólices da dívida pública, ora e regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis configuram” (MARX, OCIII, 1981:539).

O capital fictício pode possuir algum lastro com a realidade, pois é vendido como mercadoria, tendo seu preço cotado por determinado mercado, desta maneira, o preço de mercado se autonomiza em relação ao seu valor, levando em conta as expectativas sobre o futuro, e não apenas sobre o valor realizado. Seu preço pode subir ou descer, independente do valor real que esses títulos deveriam representar, sofrendo impacto da taxa de juros como rendimento capitalizado. Representando este fato temos a passagem a seguir:

"Além disso, o capital se apresenta como mercadoria na medida em que a hepática do lucro em juro e lucro propriamente dito é regulada pela oferta e procura, pela concorrência, portanto, como os preços de Mercado das mercadorias." MARX (1981, pg. 472).

Outro aspecto importante do capital fictício é o poder de alavancagem do mesmo, onde através de diversas duplicações via títulos e ações, a origem física do capital portador de juros materializado na forma de capital fictício não é mais conhecida.

Sobre os títulos da dívida pública, MARX (1980, pg. 548) já diz:

“Esses títulos de dívida (refere-se à dívida pública), emitidos em troca de capital originalmente emprestado e há muito tempo, despendido, essas duplicatas em papel do capital destruído, servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser reconvertidos em capital”.

Além dos títulos da dívida pública, as ações e letras de câmbio também podem assumir a forma de capital fictício, como MARX (Livro III, pp. 548-549) descrito abaixo:

-Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas etc. são direitos sobre capital real. Entretanto, não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído de onde está. Apenas dão direito à parte da mais-valia a ser obtida. Mas, constituem também duplicação em papel do capital real ... Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. ... A acumulação desses papéis ... expressa ampliação do processo real de reprodução ... Mas, como duplicatas negociáveis por si mesmas como se fossem mercadorias, e circulando por isso como capital como valor-capital, são ilusórios, e o valor pode variar sem depender por nada do movimento do valor do capital real que representam como títulos jurídicos. Seu valor, isto é, a cotação em bolsa, tem necessariamente a tendência a subir, ao baixar a taxa de juro ... consequência da tendência a cair da taxa de lucro. Já, por essa razão, essa riqueza imaginária ... expande-se com o desenvolvimento da produção capitalista”.

O capital financeiro, que atua de forma funcional como capital produtor de juros, pode encaminhar-se para a expansão da dívida pública ou para o financiamento do Estado e salários dos trabalhadores, e também para a renda do trabalhador oriunda do crédito ao consumo, sem relação direta com o processo produtivo. O Estado tributa as rendas e o capital produtivo e aplica parte do seu orçamento para o pagamento de juros e amortização. Portanto, cria-se uma mediação a mais entre mais-valia e juros, mesmo o último tendo origem no primeiro. Assim, a autonomização do capital financeiro demonstra as mediações existentes entre sua origem a partir do excedente social e sua aplicação entre os agentes.

Sobre a posse desses títulos, e sobre a relação do capital fictício dentro do sistema financeiro internacional, HARVEY (1982: 280) faz uma interessante observação:

-Os direitos de propriedade apresentam muitas formas. Em princípio, títulos de qualquer tipo podem ser comprados e vendidos. Os governos podem vender direitos de apropriação sobre parcelas de sua receita com impostos futuros. Os títulos de propriedade sobre mercadorias podem ser vendidos sem que elas mudem realmente de mãos ou, como acontece nos mercados futuros, antes mesmo da produção real delas. Os títulos de propriedade sobre a terra, sobre os edifícios e sobre os recursos naturais (direito de perfuração de campos petrolíferos, de exploração de minerais etc.) também podem ser vendidos e comprados. Sob o capitalismo, existem segundo parece, tantos tipos de mercados de capital fictício quanto diferentes formas de propriedade”.

O capitalismo cria o mercado e as condições para a comercialização de ativos que suportem o seu ritmo de acumulação e expansão, mesmo que esse mercado trata-se de títulos futuros que não possuem lastro com a economia real, sendo, portanto, dinheiro ilusório para o sistema.

Sobre a forma de circulação do capital fictício, HARVEY (1982: 291) ainda diz:

“O capital-dinheiro é igualmente indiferente no que se refere aos seus usos, uma vez que geralmente dirige-se aos lugares onde existe remuneração adequada sem que lhe importe o tipo desse uso. ... não há nada que impeça que o investimento especulativo dirigido à apropriação de receitas saia totalmente fora de controle. Pior ainda, uma acumulação de direitos (títulos) pode apresentar-se como se fosse uma acumulação de verdadeiro capital-dinheiro e os títulos podem continuar circulando embora não estejam respaldados e não correspondam à produção real”.

E complementa:

“Se o banco central chega realmente a cumprir sua tarefa, deve impedir que os valores fictícios se distanciem demais dos valores das mercadorias reais. O banco não pode impor uma proporcionalidade rigorosa - mesmo que tivesse poder para fazê-lo - pois isso negaria a livre circulação do capital-dinheiro para forçar novas formas de acumulação, mas também não pode permitir que a criação de dinheiro crédito ultrapasse certos limites”

HARVEY (1982:294)

Nesta situação descrita acima, o capital fictício atua de forma descontrolada dentro da acumulação capitalista, ao criar valor e somar esse montante monetário no sistema, cria-se uma dependência em um capital que não possui relação com a economia real, o capital industrial produtivo por si só. Existe um limite dentro do sistema para essa proporção, caso este limite seja transposto, o capital fictício atua como parasitário dentro da relação de exploração, assim como descreve CARCANHOLO (1999, pg. 273):

"Dessa maneira, o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial. Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função na lógica do capital industrial. É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto, ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a auto-valorização. Ele conduz ou pretende conduzir a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso."

Assim sendo, a produção tornou-se um meio para se atingir uma finalidade do capital fictício, ou seja, não foi este capital que respondeu uma determinação da produção, senão o contrário, o capital fictício impôs uma futura necessidade de realização da produção. A produção corrobora com a valorização do capital fictício, sendo direcionada por ele, se isso não ocorrer (o capital real adicionar valor ao que foi criado artificialmente), uma crise ocorrerá.

O valor fictício opera uma inversão, se originalmente ele veio do capital real, agora ele produz valor. A criatura se torna criadora. Assim como fez o dinheiro sobre a moeda, que emerge dela para depois controla - lá, o valor fictício emerge do valor real, atua como meio, para depois ser o seu fim. Temos que: *"A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma."* MARX (1981, pg. 520). Fica então evidenciado o que Marx disse sobre o capital ser um meio e o fim por si só, a produção de mais valor é o meio e o fim da motivação do círculo de acumulação.

Assim, o ciclo mais aparente e superficial do capitalismo, aquele que fornece o semblante necessário da sociedade mercantil assentada na troca de equivalente, é agora o ciclo do capital fictício, da mercadoria-capital. Ou seja, o circuito M –D – M, que outrora possuía sua finalidade no exterior, agora interioriza seu motor de desenvolvimento, criando um movimento infinito. O M de mercadoria é aí mercadoria em forma *sui generis*, mercadoria-capital, que encarna os estágios anteriores do

capital por si só.

Ainda sobre a característica deste capital produtor de juros, podemos observar mais uma constatação de Marx:

"É a formula primitiva e geral do capital, concentrada na síntese vazia de sentido. O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e do de circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período dado. Na forma do capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação." MARX (Livro 3, 1981, pg. 520).

Portanto, quando o limite de capital fictício dentro do sistema financeiro internacional é transposto, ocorre a contaminação de todo o ambiente de crédito pelos títulos com origem neste capital, causando impactos sobre a economia real.

4- O SISTEMA DE DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRO

Para o financiamento do estado são utilizadas três ferramentas de arrecadação: os tributos, a emissão de moedas e a emissão de títulos. Enquanto o primeiro é o mais seguro, dada sua previsibilidade, transparência e eficiência, ele por outro lado é o mais criticado pela sociedade em geral, e os agente econômicos podem criar situações para burlar essa taxaço; a emissão de moedas traz benefícios nos ganhos de senhoriagem e nos impostos inflacionários, mas podem ser usados de maneira intensiva, causando um ciclo de expansão monetária maléfica para a economia; a dívida pública, por sua vez, vem sendo o instrumento de preferência do estado, pois possui certa flexibilidade, e atende critérios de valorização do capital da iniciativa privada com pouco ou nenhum risco, adquirindo certa liquidez.

O estudo do mercado de títulos da dívida pública é um dos temas mais discutidos na literatura econômica, justamente pelo fato desses empréstimos gerarem preocupações que vão além do simples financiamento estatal, envolvendo outros aspectos intrínsecos ao funcionamento de uma economia capitalista.

4.1 Características do sistema de dívida pública

Uma das atribuições do sistema de crédito internacional é o financiamento do estado capitalista. As finanças nacionais são parte orgânica do sistema financeiro internacional, devemos, portanto, interpretar o ciclo de expansão do capital global ao analisarmos o sistema de dívida pública.

Para compreender as principais características do sistema de dívida pública brasileiro, tomaremos como principal base o Relatório Econômico intitulado "*Dívida Pública - Propostas para ampliar a Liquidez*" (2003), organizado pela equipe econômica da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA).

Este estudo da ANDIMA (2003, pg. 15) define o ativo financeiro como:

"Títulos da dívida pública são ativos financeiros e, desta maneira, avaliados pelo mercado de acordo com critérios aplicados a qualquer outro tipo de investimento. Por este aspecto, encontram compradores sempre que oferecem combinações risco/retorno julgadas atraentes pelos investidores.

Sua característica essencial, quando denominados em moeda local, é a ausência do risco de crédito. Os papéis têm plena garantia e crédito do Tesouro Nacional, que, por sua vez, se apóia

no poder de taxação e de emissão de moeda detidos pelo governo federal."

Temos então a subordinação das ações tomadas pelo governo frente às necessidades e garantias do mercado financeiro, de forma a colaborar para um ambiente seguro, garantindo a rentabilidade do comprador deste título.

Várias ações são tomadas no sentido de padronização destes títulos, além de passar uma relação positiva de que o Estado está com todas as ferramentas necessárias para garantir ao Mercado o retorno financeiro de suas aplicações.

Sobre isto, temos que:

"O fato de os papéis públicos estarem livres do risco de crédito, contudo, não significa que sejam invulneráveis a outros riscos. O mais importante deles é o risco de mercado - bastante semelhante ao de liquidez -, que encerra a possibilidade de haver uma oscilação adversa nos preços do papel entre a data de aquisição e uma data futura qualquer, por conta de fatores como política monetária, variação no estado de confiança dos mercados ou choques externos." ANDIMA (2003, pg. 16)

Para controlar os riscos de mercado, o governo deve atuar no sentido de garantir uma liquidez para esses papéis, para criar mecanismos que facilitem a comercialização de forma rápida e eficiente desses títulos, dando vantagens ainda maiores para os compradores.

Sobre a característica de liquidez destes ativos, para garantir o baixo risco ao mercado, temos que:

"Em outras palavras, um mercado é tanto mais líquido quanto maior for a demanda de reserva com que se possa contar para o ativo considerado. À exceção de países onde a credibilidade do governo tenha sido corroída a ponto de o pleno crédito do Tesouro ter perdido seu apelo, títulos da dívida pública exibem várias características que, de partida, lhes garantem elevado grau de liquidez. A ausência de risco de crédito tende a atrair a atenção de segmentos importantes da população, inclusive grupos que normalmente não participariam de mercados financeiros privados, por desconhecimento de seu funcionamento ou desconfiança nas suas instituições." (...) "Na realidade, os títulos públicos desfrutam de uma vantagem ainda mais decisiva, quando se trata de liquidez: o tamanho da demanda do Estado por recursos, que contribui para criar mercados amplos e profundos. A amplitude do mercado assegura que a qualquer momento haverá um nível elevado de negociação com esses papéis, reduzindo de forma expressiva a probabilidade de que um aplicador, desejando vender seus títulos, se depare com um mercado "seco"." ANDIMA (2003, pg. 17)

O Estado brasileiro, em total aliança de interesses com os detentores do capital produtor de juros, para transformar essa reserva monetária em renda estatal através da venda dos títulos, precisa organizar-se estruturalmente para garantir toda essa liquidez e o baixo risco de mercado para estes ativos. Para atingir esse objetivo, o governo deve atuar diretamente, como verificado abaixo:

"Os títulos públicos contam com uma elevada liquidez potencial "de partida". Mas é importante ter-se em vista que a liquidez é construída, isto é, reforçada pela adoção de práticas e instituições de negociação voltadas precisamente para aumentar a negociabilidade desses papéis. Quanto maior for esta negociabilidade, menor será o risco de liquidez do papel e maior, portanto, sua atratividade aos olhos dos investidores, permitindo ao setor público reduzir o serviço de sua dívida." ANDIMA

(2003, pg. 17)

Para garantir tais condições para o mercado financeiro, o Estado brasileiro passou a adotar medidas de padronização, controle e transparência desses títulos, desta maneira, foram criados órgãos públicos para esta função. Assim nasceu a Secretaria do Tesouro Nacional, que, de acordo com o sitio eletrônico do Tesouro Nacional Brasileiro (TNB), as atribuições e principais características organizativas são:

"Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão responsável pela administração das dívidas públicas interna e externa, tendo por atribuição gerir a dívida pública mobiliária federal e a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional (Decreto nº 1.745, de 13 de dezembro de 1995).

Do ponto de vista da estrutura institucional, o Tesouro Nacional implementou um novo modelo de administração da dívida pública, que visa obter ganhos substanciais no processo de administração da dívida por meio da padronização dos controles operacionais, do monitoramento dos riscos globais e da separação das funções de planejamento de curto e longo prazo.

A gestão da Dívida Pública subdivide-se em três áreas de atuação:

Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV

Responsável pelo registro e controle da dívida pública federal, pelo relacionamento com as centrais de custódia, elaboração da proposta orçamentária anual da dívida pública, bem como de sua execução financeira e orçamentária, incluindo os pagamentos e os registros contábeis, além das emissões de títulos decorrentes de operações especiais, tais como PROEX, FCVS e Reforma Agrária;

Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública - COGEP

Elabora estratégia de financiamento de médio e longo prazo, monitora a exposição ao risco e aperfeiçoa o relacionamento institucional no âmbito da administração da dívida pública federal;

Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública - CODIP

Capta recursos nos mercados internos e externos e realiza operações financeiras para otimizar a administração da dívida pública."

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/index.asp

Após a análise das características descritas acima, podemos encontrar traços marcantes da adequação do mercado brasileiro de títulos de dívida pública em respeito às necessidades internacionais do mercado financeiro, tal como padronização dos processos, relação com centrais de custódia e controle internacional de riscos. Outro quesito importante é a estratégia declarada de utilização da ferramenta do endividamento público como fator permanente, visto a criação de planejamentos de longo e curto prazo a serem realizados.

Temos então que o mercado de títulos públicos, para ser eficiente precisa garantir condições de negociabilidade e de rendimento para os investidores, sendo

os benefícios sociais do capital adquiridos através da emissão dos mesmos assuntos esquecido. Mais uma vez o Brasil, dentro da lógica do sistema capitalista, prioriza o rendimento do setor privado em detrimento da sua nação, mesmo que a verba seja gasta com o orçamento nacional, não há garantias nem exigibilidades de sua eficiência.

Para definirmos a constituição da dívida nacional, temos que:

"De acordo com definição do Tesouro Nacional, a dívida mobiliária do governo central é constituída pelo total dos títulos públicos federais em mercado, o que corresponde ao somatório dos papéis de emissão do próprio Tesouro e do Banco Central. Como se trata de dívida consolidada, os títulos do Tesouro pertencentes à carteira do BC não são considerados." ANDIMA (2003, pg. 20).

Os títulos negociáveis emitidos pelo Tesouro Nacional com o objetivo principal de financiar déficits orçamentários, seguindo a definição do sitio eletrônico do Banco Central Brasileiro, são os seguintes:

- a) *LFT- Letras Financeiras do Tesouro: pós-fixadas, remuneradas pela Taxa SELIC, entre as quais se incluem as LFT, séries A e B, cujo destino é a assunção, pela União, da dívida de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.*
- b) *NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C: indexadas ao IGP-M, com pagamento semestral de juros.*
- c) *NTN - D - Notas do Tesouro Nacional - Série D: atreladas ao câmbio, com pagamento semestral de juros.*
- d) *NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B: indexadas ao IPCA, com pagamento semestral de juros.*
- e) *LTN - Letras do Tesouro Nacional: prefixadas, com rendimento definido pelo deságio sobre o valor nominal.*

Fonte: Banco Central Brasileiro

Os principais detentores dos papéis da dívida pública federal são os fundos de investimento financeiro e as instituições financeiras, assim como os depósitos compulsórios.

Compete ao Ministério da Fazenda a administração das dívidas públicas interna e externa, cabendo à STN - Secretaria do Tesouro Nacional, órgão subordinado, gerir a dívida mobiliária federal e a externa de responsabilidade do Tesouro Nacional (Decreto nº 3.366, de 16/2/00). A colocação dos títulos do Tesouro em mercado é efetuada pelo Banco Central, que acolhe e processa as propostas, divulga os resultados do leilão, após prévia manifestação da STN, e promove a correspondente liquidação financeira.

De acordo com o Banco Central Brasileiro, o arcabouço estrutural contábil da dívida pública está descrito abaixo:

Dívida Bruta do Governo Geral:

- a) Dívida mobiliária do Governo Federal, em mercado
 - (-) Aplicações da previdência em títulos públicos
 - (-) Aplicações de fundos federais em títulos públicos
 - (-) Aplicações dos estados e municípios em títulos públicos
- b) Operações compromissadas
- c) Dívida bancária do governo federal e dos governos estaduais e municipais
- d) Dívida assumida pela União Lei 8.727
- e) Dívida mobiliária dos governos estaduais e municipais
 - (-) Títulos dos estados e municípios, em tesouraria
- f) Dívida externa bruta do governo federal, dos estados e dos municípios

Fonte: Banco Central Brasileiro

Identificamos, portanto, que a ferramenta da emissão de títulos é uma das principais formas de gestão do estado, e com o desenvolvimento do mercado financeiro nos últimos anos, alinhados aos traços liberalizantes do governo nacional, fazem dos títulos da dívida parte essencial nas contas nacionais, e o montante despendido com esse serviço merece importantes questionamentos e análise, como será realizada na seção 4.3 deste trabalho.

4-2 Análise da evolução histórica da dívida pública brasileira:

A história da dívida pública brasileira pode ser confundida com a história do Brasil independente, pois desde a formação embrionária do estado nação, passamos a conviver com a problemática do endividamento estatal.

Poucos sabem, mas nossa independência veio acompanhada de ressarcimentos financeiros para Portugal, em compensação a estrutura que a coroa portuguesa deixava para trás, e aos contratos e privilégios que eram perdidos. Já nascemos como uma nação que respeitava o pacto colonial de outrora, se já não bastasse os anos de exploração da metrópole sobre nossa terra.

Este capítulo busca demonstrar como se desenvolveu a dívida pública brasileira, quais seus aspectos estruturais principais, quais suas delimitações e ações sobre o sistema de contas nacionais, e o respectivo impacto sobre o desenvolvimento da economia brasileira.

Após o levantamento histórico do período imperial, que ocorrerá na primeira seção, o período republicano será analisado, e quais as principais contribuições e limitações das finanças estatais do estado recém formado, e por último as novas configurações do mercado financeiro brasileiro pós-ditadura da década de 60 será analisada.

4.2.1 Dívida pública do período Imperial

Antes mesmo de nossa independência, o Brasil já sofria uma grande debilidade no sistema monetário nacional, dada a partida da família real, juntamente com as reservas metálicas nacionais para Portugal.

Esta realidade foi demonstrada por BOUÇAS (1950, pg. 76):

"A situação tornou-se mais crítica ao retirar-se ele (D. João VI) com sua comitiva para o Reino, pois a maior parte da moeda de ouro e de prata existente foi transferida para Lisboa na frota que conduziu o rei, ficando o Tesouro Público, na fiel expressão do ministro da Fazenda, o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, "sem real em seus cofres"."

Um dos traços mais importantes da época foi a criação do Banco do Brasil, que além de organizar o sistema de crédito nacional, também iniciou suas atividades atreladas com o sistema de finanças internacionais, visto a emissão desde a sua criação de notas bancárias, que se tornaram ativos financeiros circulantes.

Sobre este tema, podemos verificar a situação descrita a seguir:

"O início das operações do primeiro Banco do Brasil, em 1809, pode ser considerado um marco fundamental na história monetária do Brasil e de Portugal, tanto por ter sido a primeira instituição bancária portuguesa quanto pelo fato de representar uma significativa mudança no meio circulante do Brasil através da emissão de notas bancárias" (MÜLLER; LIMA, 2007).

Com a chegada da independência, a situação agravou-se, pois os gastos para estruturação da máquina pública foram gigantescos, alinhados a recente necessidade de composição e defesa do espaço nacional, formação de um exército e outras despesas administrativas que não podiam ser postergadas, impactou sobremaneira nas despesas públicas.

Com esse cenário caótico, alinhado a antigas dívidas pessoais contraídas

pelos governantes, que impactavam também sobre o sistema de contas nacionais, o Imperador Dom Pedro I, cria em 1825 uma comissão para apurar e institucionalizar a dívida pública Brasileira. O resultado desta comissão foi:

“Pela primeira vez na história do país executava-se uma medida com a finalidade de institucionalizar a dívida pública interna, dar-lhe caráter de dívida nacional, pela qual toda a Nação é responsável, desvinculando-a do caráter de dívida pessoal do governante” NETO (1980, pg. 56).

Ainda em 1827, houve uma tentativa de estabelecer o que seria o primeiro imposto de renda à pessoa jurídica, mas a apresentação do Império foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, já demonstrando claramente qual deveria ser o papel do imposto na nação brasileira, e defendendo desde aquela época os interesses das elites econômicas e políticas, fato que sofremos até os dias de hoje.

Dado este cenário de falta de recursos do governo, e falta de uma solução imediata que desse condições para um aumento do faturamento da nação, a solução foi o constante endividamento nacional.

Este endividamento ocorria de duas formas. A primeira no atraso dos pagamentos dos passivos correntes (como salários, pagamentos de fornecedores, etc.). A segunda forma de endividamento interno era a emissão de bilhetes, apólices e títulos do Tesouro, remuneradas a juros, que compunham as chamadas Dívida Flutuante (de curto prazo) e Dívida Fundada (de prazo mais extenso).

Sobre a situação de endividamento nacional, no final do período Imperial, temos que:

"Em outubro de 1889, diante de uma situação favorável das finanças e sob o comando do visconde de Ouro Preto como ministro da Fazenda, o governo lançou uma mega operação no valor de £ 19.837.000 de conversão de débitos antigos com juros de 5% por um novo e único empréstimo com juros de 4% e prazos mais dilatados (56 anos). Essa operação de reestruturação de passivos, negociada com o banqueiro Rothschild, foi considerada um grande sucesso. Além de uniformizar quase toda a dívida em um único nível de juros e cronograma de pagamentos, a operação conduziu a uma economia anual de £ 437.985 em quotas de juros e amortização." BOUÇAS (1950, pg. 64)

Mesmo sem ter conseguido modificar o sistema tributário, que ainda tinha essencialmente a mesma base do início do século, e deixando ao novo regime uma dívida expressiva e cara, o Império teve o mérito parcial de ter defendido satisfatoriamente sua unidade territorial contra ameaças externas e internas, tendo ainda com sucesso aparelhado o Estado com aparato administrativo e infra-estrutura que possibilitava a governabilidade da nova nação.

4.2.2 – Dívida Pública no período republicano

Com a mudança do regime Imperial para a República, o Brasil ganhou mais que uma nova estrutura política administrativa, as mudanças na economia e na sociedade também foram grandes.

O financiamento deste novo estado era muito custoso para o orçamento da república recém formada, e o país necessitava de uma fonte extra de receitas, neste sentido os empréstimos e emissão de títulos passaram a ser uma alternativa para o gasto nacional.

Os títulos da dívida brasileira sofreram com essas novas características, alinhados ao fato de ainda serem nominativos e de passarem por uma grave crise de credibilidade, foram fatores que tornaram necessária uma nova rodada de estruturação, normatização e legislação dos títulos da dívida.

Os novos empréstimos possuíam finalidades diversas: cobertura de déficits orçamentários; recolhimento de papel-moeda; financiamento de obras específicas; aquisição de ativos fixos ou empresas; e pagamento de empréstimos compulsórios, dentre outras.

A situação das finanças nacionais era muito delicada, pois os déficits eram constantes, e a emissão de títulos estava se tornando uma ferramenta cada vez mais custosa e difícil, visto a pouca credibilidade dos títulos brasileiros no mercado externo. Esse cenário é demonstrado abaixo:

"Assim, uma série de negociações foram iniciadas em 1913. As dificuldades na negociação com diversos bancos e de nacionalidades diversas tornaram o processo moroso, sendo as negociações suspensas em 27 de junho de 1914, apenas um dia antes que a Áustria-Hungria declarasse guerra à Sérvia, e rapidamente se generalizasse a guerra na Europa" ABREU (1999, pg. 26).

O Brasil suspendeu o pagamento do serviço da dívida externa a partir de 1º de agosto de 1914 e passou a estudar condições para um novo empréstimo de consolidação.

Após esse período, o Brasil sofreu impactos da seca do fluxo de capital externo, inicialmente com a primeira guerra mundial, passando pela crise de 1929, e a segunda guerra mundial. Assim, o país se viu privado dos empréstimos internacionais como manobra de adquirir orçamento fiscal e/ou outras receitas.

Apesar da expressiva redução da dívida com a consolidação de 1943, o Brasil voltou a sofrer desequilíbrios em suas contas externas no início dos anos 1950 provocados por déficits comerciais elevados após o relaxamento de controles sobre

importação durante a Guerra da Coréia. O crescimento explosivo do déficit em conta corrente secou as reservas internacionais, causando uma crise no balanço de pagamentos em 1952. Como essas importações eram, em grande parte, financiadas por créditos comerciais, posteriormente rolados por empréstimos de curto e médio prazo, a dívida total externa (pública e privada) dobrou entre 1946 e 1953, alcançando mais de US\$ 1 bilhão.

Sobre esta situação, temos que:

"A estagnação da emissão voluntária de títulos públicos tornava mais complicado o financiamento dos déficits orçamentários crescentes, especialmente a partir de meados da década de 1950. Não dispondo do crédito público e nem sendo capaz de aumentar a carga tributária, o governo financiou a quase totalidade de seus déficits via emissão de moeda, aumentando as pressões inflacionárias" NETO (1980. pg. 34).

A política de expansão de serviços de infra-estrutura e industrialização, comandada pelo presidente Juscelino Kubitschek em seu Programa de Metas (1957-1960), ampliou a demanda por importação de bens de capital, que foram financiados em grande parte via empréstimos de fornecedores com garantias do governo.

O dispêndio financeiro, previsto no plano de metas, para dar condições para a estruturação dos transportes, do setor energético, do setor de insumos naturais, assim como os investimentos em aspectos sociais foram adquiridos através de operações de crédito do Tesouro Nacional e capitalizações de títulos do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

A partir de 1958 ocorre o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos e a situação se agrava com a quantidade de empréstimos externos, com prazos curtos que o Brasil adquiriu e o rompimento de JK com FMI em 1959. Em 1962 cai o crescimento da indústria, devido a crises internas causadas pela dependência externa.

Ao final de 1961, a dívida externa total já alcançava o dobro dos níveis de 1955, e a situação do balanço de pagamentos seguia crítica. Jânio Quadros, sucessor de Kubitschek, tentou restaurar o equilíbrio das contas externas. Porém, sua renúncia poucos meses após tomar posse renovou as pressões sobre a conta corrente em 1962.

Tornou-se necessário mais uma operação de consolidação dos títulos da dívida pública, de forma a garantir mais liquidez ao mercado destes ativos, como descrito a seguir:

"Um dos principais marcos da operação de consolidação de 1962 foi a introdução de uma nova forma de resgate, que passou a ser efetuado a partir do exercício seguinte ao de sua emissão, em vinte

prestações anuais iguais, cada uma equivalente a 5% do valor nominal do título. Rompia-se, assim, uma tradição que vinha desde 1827, do resgate dos títulos públicos ser feito por compra, quando cotado abaixo do par, ou por sorteio de percentual do total da emissão, sendo os títulos adquiridos ou sorteados integralmente amortizados" LEÃO (2003, pg. 42).

Com isso, o mercado interno passou a ser o foco do desenvolvimento, a industrialização começou a desempenhar um papel importante, assim como as debilidades estruturais do país passaram a ser uma preocupação para o crescimento da economia nacional. Dado este novo cenário, o novo fluxo de capitais externos, pela fase de expansão do capitalismo, trouxe novos investimentos para o Brasil, que não pensou duas vezes, e realizou uma nova e grande contração de dívidas.

Devido ao excesso de demanda tem-se inflação, monetização dos déficits públicos, expansão dos créditos a empresas e grandes aumentos salariais. Executa-se uma política monetária restritiva reduzindo, de forma gradual, o déficit público e a inflação, controlando a emissão de moeda e crédito.

Para viabilizar essas intenções, em 1965 foi estabelecido o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), o qual tinha como um de seus objetivos a redução das taxas de inflação verificadas nos anos anteriores, redução esta a ser viabilizada por meio de política monetária restritiva e de ajuste fiscal. A amplitude das mudanças contempladas no Paeg trazia a necessidade de reformas no sistema financeiro nacional e, dentro destas, o desenvolvimento de um mercado eficiente de títulos públicos.

Nesse contexto, foram introduzidas diversas modificações na economia brasileira, em particular em áreas que se relacionam diretamente com a dívida pública, como as reformas do sistema fiscal e do sistema financeiro. Cabe destacar a edição das Leis nº 4.357, de 16/07/1964, que criou a correção monetária, e nº 4.595, de 31/12/1964, que instituiu a reforma bancária, criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Com isso o interesse dos investidores seria preservado em última instância, demonstrando mais uma vez a aliança do estado com o capital financeiro emprestável, na defesa de seus interesses. Ao capitalista não restava risco algum, tudo era garantido pelo estado.

Este novo ambiente de modificações na estrutura econômica da nação tinha também conotação políticas, visto que o país passava por mudanças de regime, com a ditadura militar assumindo o governo.

É importante destacar que o crescimento se colocava também como uma necessidade para legitimar o regime militar, que procurou justificar sua intervenção na necessidade de eliminar a desordem econômica e político-institucional, e recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento.

“As principais fontes de crescimento foram: o aumento do investimento das empresas estatais, a demanda por bens duráveis, devido à grande expansão do crédito ao consumidor; a retomada do investimento público em infra-estrutura, resultante da recuperação financeira do setor público; o crescimento da construção civil, por consequência dos investimentos públicos na área; e o crescimento das exportações, em efeito ao crescimento do comércio mundial, alterações da política externa do país e incentivos fiscais” (GREMAUD et al, 2002).

Enquanto a entrada de capital estrangeiro era transformada em reservas, a dívida pública interna crescia, tendo em vista o controle da base monetária através das operações de mercado aberto.

Nessa época, iniciou-se a emissão regular de títulos prefixados, inaugurando-se, o processo de colocação desses títulos por meio de oferta pública a preços competitivos (leilão). Nesse período, agora sim, a dívida pública passou a ser não somente um instrumento de financiamento do governo, como também uma importante aliada na condução da política monetária.

Esse momento áureo do milagre econômico começou a sofrer um lapso pelo primeiro choque do petróleo, em 1974, onde a pressão inflacionária aumentou, as taxas de crescimento econômico diminuíram.

As soluções encontradas na época para lidar com a dificuldade de refinanciamento dos títulos em mercado foi à redução dos seus prazos e a maior colocação de instrumentos pós-fixados, sem contemplar, ainda, soluções alternativas às tradicionalmente utilizadas, o que viria a acontecer em 1986.

Com o insucesso do Plano Cruzado, o ano de 1987 marca o início de dificuldades ainda maiores na condução da política econômica, com o déficit público saindo do controle, além de problemas na área externa. De fato, a moratória da dívida externa ocorrida em fevereiro daquele ano gerou maior necessidade de financiamento via dívida interna.

Os limites do desenvolvimento econômico pautado pelas políticas keynesianas, e de forte responsabilidade do estado na economia estava chegando a um fim. As taxas de crescimento das décadas anteriores não eram mais realizadas, e um novo paradigma teórico de política estatal foi encontrado.

A esta nova concepção de desenvolvimento, inspirada nas teses liberais - a

este 'novo liberalismo', portanto, convencionou-se denominar neoliberalismo. Assim é que as economias periféricas deveriam nela se engajar, e a garantia de inserção seria dada pela adoção do ideário neoliberal, supostamente tido como a única forma dos países se enquadrarem neste novo mundo das finanças globalizadas.

Ainda que a concepção neoliberal tenha obtido grande repercussão nos países centrais, o que se observa é que houve a liberalização de seus fluxos financeiros como forma de financiar suas dívidas, mas a liberalização comercial e a redução da participação do Estado na economia não foram tão drásticas. Pelo contrário, o capital financeiro e industrial conseguiu se expandir nas últimas décadas graças ao apoio por parte dos principais Estados capitalistas.

É de se destacar, que tomando por pano de fundo a profunda transformação sofrida pelo sistema capitalista mundial na segunda metade do século XX., cuja expressão maior reside em uma guinada na condução da política econômica mundial devido à crise dos anos 1970, se observa a emergência de uma nova institucionalidade econômico-financeira, acompanhada de um projeto que se pretende ser hegemônico, o neoliberalismo. Com efeito, o neoliberalismo é freqüentemente apreendido por boa parte da literatura crítica como um receituário de medidas e políticas específicas.

Com isso, temos que:

"a partir daí, o mundo inteiro ingressou na chamada era das políticas deflacionárias, sob cuja égide nós estamos: moedas sobrevalorizadas, a inflação como inimigo principal, os equilíbrios macroeconômicos como um objetivo central de todos os governos e um desinteresse absoluto por crescimento/desenvolvimento e por emprego, que eram o grande objetivo da era keynesiana ou da era fordista. Isto é que foi invertido". Fiori (1997. pg.118).

De encontro com esta situação, em 1994 era lançado mais um plano heterodoxo, conhecido como Plano Real. Este partia do mesmo princípio dos planos anteriores, isto é, que existia um componente inercial na inflação brasileira, mas dessa vez buscava-se conciliar a esse aspecto alguns componentes da cartilha ortodoxa, como a manutenção de elevadas taxas reais de juros. Dessa vez a receita foi bem-sucedida e o país pôde, após muitos anos, viver momentos de inflação em níveis razoáveis e cadentes. A partir de 1995, a previsibilidade começava a voltar a fazer parte do cotidiano dos agentes econômicos. Certamente, esse aspecto iria impactar, de alguma forma, a estrutura da dívida pública interna.

Sobre a cartilha neoliberal adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, podemos destacar três aspectos: O primeiro componente seria o da

estabilização macroeconômica, com o objetivo de reduzir a inflação e controlar as contas governamentais. Houve uma introdução de instrumentos heterodoxos no combate à inflação, como a utilização da âncora cambial, seja na forma de regimes dolarizados ou de bandas cambiais; o segundo elemento do programa seria constituído pelas ‘reformas estruturais’: abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maior parte dos subsídios, garantindo a liberalização dos preços, e a abertura financeira e produtiva.

É importante destacar que, dentre as reformas, a abertura externa é tida como uma das mais importantes. Esta se desdobra em abertura comercial para que se tenha a livre mobilidade de bens e serviços, e em liberalização financeira externa, com o que os agentes (residentes e não residentes) teriam maior liberdade para efetuar suas transações financeiras.

Apesar do grande avanço representado pela estabilização da economia, seus efeitos sobre a dívida pública em termos de composição dos instrumentos não se fizeram sentir tão fortemente como seria esperado. As expressivas emissões diretas representadas pelo reconhecimento dos passivos contingentes (fundamental para um saneamento definitivo das contas públicas), aliadas às altas taxas de juros necessárias à consolidação da estabilidade, fizeram com que o estoque da dívida pública crescesse brutalmente no período.

A partir de 2003, com a melhora na percepção dos investidores quanto ao rumo da economia, tendo em vista a postura do novo governo em manter a responsabilidade fiscal e as políticas monetárias e cambiais, iniciadas na segunda gestão do governo anterior, foi possível observar consideráveis avanços na administração da dívida pública.

O grande desafio para os próximos anos, em paralelo à manutenção de superávits fiscais que garantam a redução da dívida, consiste exatamente em lograr êxito em relação à composição da dívida interna, de forma que seja alcançada uma melhora na percepção dos investidores, contribuindo para a consolidação do movimento de redução das taxas de juros. Tal mudança estrutural impulsionaria um círculo virtuoso e faria com que a dívida pública fosse vista como uma fonte eficiente de recursos para investimentos públicos e referência para emissões de títulos privados.

A dívida externa, apesar de fazer parte das mesmas estruturas da dívida

interna, respeitando em sua gênese as imposições que o sistema capitalista mundial exerceu sobre o mercado de títulos públicos brasileiros, em certos momentos históricos apresentou em alguns aspectos características diferentes, os eventos acerca da dívida externa foram reflexos dos fatos ocorridos na economia internacional, a qual experimentou várias fases distintas dos anos 1960 até hoje. De 1964 até o primeiro choque do petróleo, em 1973, e mesmo após este, a economia internacional vivia uma fase de liquidez abundante, o que propiciou a continuação do endividamento externo. Entretanto, em 1979, com o segundo choque do petróleo, as taxas de juros internacionais elevaram-se rapidamente, gerando escassez de recursos externos, o que acabou por acarretar a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, no início dos anos 1980.

Dessa forma, é possível subdividir a história da dívida externa brasileira nesses anos em quatro fases: 1) de 1964 até o final da década seguinte, período de forte acumulação da dívida, tendo em vista o crescimento do país, até culminar com os choques do petróleo; 2) os anos 1980, com a sucessão de tentativas buscando corrigir os desequilíbrios construídos com base na política anterior, até chegar ao Plano Brady, no início dos anos 1990; 3) a fase seguinte, com a volta das emissões soberanas, em 1995, e a relativa tranqüilidade na administração do passivo externo, a despeito das crises internacionais enfrentadas a partir da segunda metade da década de 1990; e 4) a nova política de emissões qualitativas a partir de 2006.

A década de 70 marcou de forma negativa o mercado de títulos brasileiros, neste ponto, a situação começava a ficar crítica, e delineava-se uma nova e nebulosa fase para a economia brasileira, na qual as restrições externas passaram a ditar os rumos da economia doméstica. A partir de então, o gargalo gerado pela dívida externa deixaria de ser um problema em potencial para representar uma restrição de fato.

Lembrando do pano de fundo descrito, em meados de 1980 começaram a ser sentidos os primeiros sinais de escassez de recursos para financiamento externo. A redução da liquidez internacional conjugada com o aumento das taxas de juros internacionais trouxe maiores dificuldades na renovação de empréstimos, em um momento em que o financiamento do balanço de pagamentos se tornara particularmente crítico. A escassez de divisas externas, alinhada a uma elevação das taxas de juros internacionais e a uma recessão externa, geraram internamente também um movimento recessivo que influenciou toda a década, não por outro

motivo conhecida como –a década perdida

Após intensos debates entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda, no dia 30 de fevereiro de 1987 o governo brasileiro promoveu, enfim, a moratória da dívida externa, ao suspender os pagamentos de juros sobre a dívida de médio e longo prazo, dizendo que a questão do endividamento externo não era exclusivamente econômica, mas tinha também um componente político.

Dessa forma – e com o cenário doméstico como referencial –, junto ao advento do Plano Real em 1994 e sua –âncora via taxa de câmbio, era essencial que houvesse influxo de capitais para o Brasil. Inicia-se então uma nova fase de endividamento externo do país baseada na captação de recursos externos por meio da emissão de títulos no mercado internacional. Nesse novo contexto, é possível ao país escolher a melhor combinação de prazos e custos possíveis e ainda qual o mercado em que deseja fazer a captação.

Um importante aspecto na história recente da dívida externa foi à primeira emissão, no mercado internacional, de um título denominado em reais, com vencimento em 2016, o BRL 2016. A partir de 2006, o país daria os primeiros passos no sentido de consolidar a criação de uma curva externa na moeda doméstica.

A partir de 2007, iniciou-se um programa, agora em caráter definitivo, de recompra dos títulos da dívida externa ao longo de toda a curva. O objetivo do programa é reforçar a política de construção de uma curva externa eficiente e líquida. Naquele ano foram recomprados US\$ 5,4 bilhões, representando 12,2% do estoque da dívida externa ao final de 2006. Em 2008, com a liquidez de mercado reduzida por conta do cenário internacional negativo, as recompras aconteceram em menor volume (US\$ 1,5 bilhão), mas continuaram a refletir a estratégia de retirar instrumentos menos líquidos e trocá-los por títulos benchmark, que serviam como melhor referência para a curva externa.

4.3 Interpretações de dados macroeconômicos brasileiros

Uma das principais debilidades dos estudos marxistas sobre temas estruturais do capitalismo contemporâneo está na dificuldade da análise macroeconômica, especialmente nos aspectos de funcionamento entre as

ferramentas de política monetária, fiscal e as contas públicas em si.

Outro aspecto que é deixado de lado são as implicações que o padrão de acumulação adotado por certa economia periférica é resultante de uma interação entre diferentes setores dessa dada economia, e suas relações distributivas com áreas das economias centrais.

Sobre o avanço do sistema de crédito, da atuação do capital financeiro em uma economia global, e a relação entre as economias centrais do sistema capitalista e as nações periféricas, temos a seguinte constatação:

"Por que não mandar para os mercados estrangeiros, ávidos de produtos britânicos, todas as mercadorias que se pudessem fabricar? E por que o fabricante não embolsaria o duplo lucro, derivado da venda do fio e do tecido no Extremo Oriente e da venda, na Inglaterra, da carga de retorno obtida em troca?" MARX (1981, pg. 542).

Com a evolução da sociedade mercantil, para uma situação de privilégio do capital produtor de juros, como já mencionamos em outra seção deste trabalho, temos que agora a mercadoria que é exportada é o capital financeiro.

Este capital possui uma conexão direta entre as suas necessidades de expansão e rendimento, e os ativos financeiros, como por exemplo os títulos da dívida pública. Sobre a natureza dessa relação, podemos analisar a constatação abaixo:

"Capital, com juros compostos sobre toda porção de capital poupada, absorve tudo com tal ímpeto que toda a riqueza do mundo da qual deriva renda já se tornou há muito tempo, juro de capital... Toda renda fundiária hoje é pagamento de juro sobre capital antes empregado na terra" MARX (1981, pg. 525).

A principal justificativa que defendia o endividamento era a insuficiência da estrutura produtiva em bens intermediários e de capital, o que tornava necessária a demanda do setor privado por financiamento para impulsionar o ciclo econômico. Mas na verdade, como já foi demonstrada, a necessidade do endividamento está intrínseca dentro da formação e perpetuação dos Estados capitalistas, especialmente na aliança desses países com o sistema capitalista atual, onde reina a forma e atuação do capital produtor de juros.

Sobre essa caracterização descrita acima, podemos verificar como traço marcante a passagem abaixo:

"Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países periféricos. Nestes países periféricos o lucro é em geral mais elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente mais baixos, e as matérias-primas mais baratas." Lênin

(1985, pg. 48).

A evolução das relações econômicas entre os países, formando um grau mais desenvolvido do comércio e das relações de troca foi responsável pelos déficits da balança de pagamentos, e conseqüentemente pela necessidade de financiamento das transações correntes via endividamento público e necessidade de reservas que formaram a dívida brasileira.

A divisão internacional do trabalho, respeitando uma hierarquia mundial de produtividade, cria mecanismos de acumular de forma inter-estatal excedente econômico, extraíndo-o através do comércio internacional.

A necessidade de recursos dentro do sistema financeiro, para impulsionar a disposição de crédito para a economia em geral, fez com que a ferramenta de endividamento fosse incorporada de forma quase que automática ao ciclo cotidiano do sistema creditício.

Neste contexto, as emissões de títulos da dívida pública, além de estruturar mecanismos de acumulação e valorização do capital produtor de juros mundial, também funciona como meio de enraizar o endividamento estatal de forma permanente.

Podemos verificar, portanto, que o sistema capitalista, além de atuar respeitando uma lógica acumulante central, de forma a garantir a concentração dos rumos de desenvolvimento global nas mãos de quem controla o capital, também cria os mecanismos que impõem essa hierarquia estrutural do sistema histórico que vivemos.

Dentro do cenário descrito acima, os países periféricos, de forma estrutural dentro do desenvolvimento das forças produtivas ao longo do capitalismo mundial, criam e recriam as instituições e legislações acerca do comércio e do setor de finanças mundiais, garantindo de forma histórica e profunda uma ferramenta de perpetuação da acumulação de excedente através do comércio e das finanças mundiais.

4.3.1 - Análise de dados brasileiros no período de 1998 - 2008:

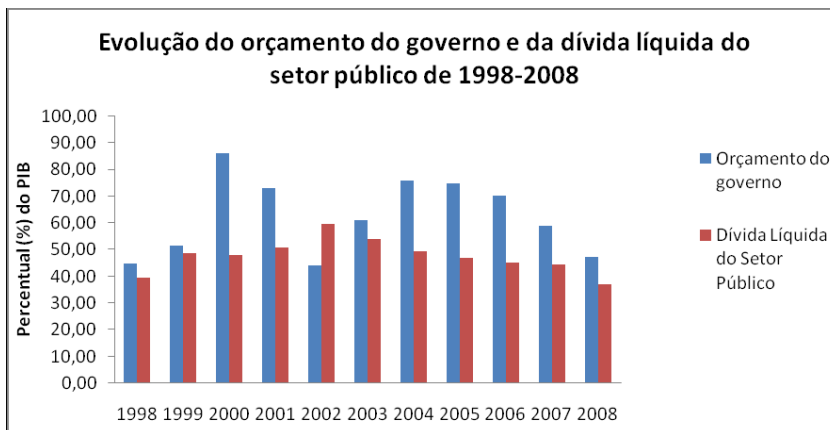
Para a melhor compreensão do peso da dívida pública dentro das

perspectivas do Estado brasileiro, é importante identificarmos dados quantitativos, e comparar a importância dos dados sociais em relação aos gastos com a dívida pública, para elaborarmos considerações baseadas no levantamento histórico, análise teórica e repercussão real desse contexto.

Escolhemos como instrumento de análise a comparação estatística entre os índices de porcentagem da dívida sobre o PIB, e das outras esferas sociais dos gastos públicos. O período analisado será do fim da década de 90 até o fim de 2008, para demonstrar o serviço da dívida no atual período da história brasileira.

A escolha da análise comparativa em relação aos índices do PIB foi considerada a mais sensata por ser esse indicador macroeconômico o responsável pela compreensão totalizante das riquezas produzidas no país naquele espaço de tempo, dando uma dimensão de dados nacionais reais da economia brasileira em termos de validade da análise.

GRÁFICO 1 -



Fonte: Ipeadata

O Gráfico 1 mostra o crescimento do orçamento do governo durante uma década, em relação ao percentual do PIB, e também a evolução da dívida líquida do setor público no mesmo período, podemos demonstrar que apesar do orçamento sofrer impactos significantes, com exceção do ano de 2002, que o país sofre com o risco político da eleição presidencial no seu mercado financeiro, durante os outros períodos o percentual da dívida líquida manteve-se constante, chegando ao menos no patamar de 40%.

Na Tabela 1, identificamos o significativo aumento do superávit nacional

no período, e apesar do peso da dívida no PIB ter diminuído em certo grau, o montante financeiro despendido foi bastante elevado nesse período.

TABELA 1

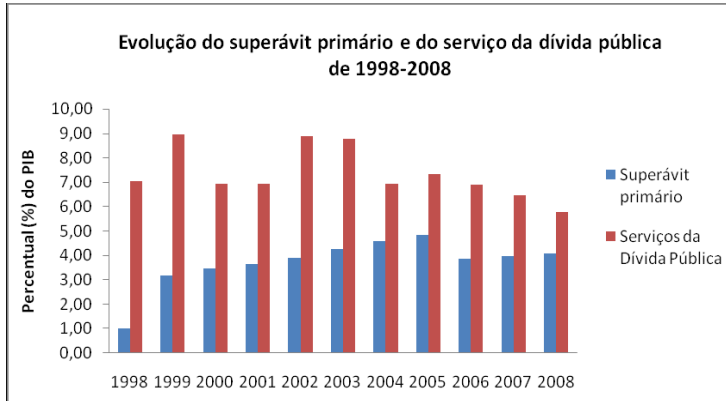
Ano	Serviço da Dívida (juros nominais, em R\$)	Superávit/Pib	Serviço/PIB
1998	68.763.667,00	1,00%	7,02%
1999	95.182.028,00	3,19%	8,94%
2000	81.758.052,00	3,46%	6,93%
2001	90.314.897,00	3,64%	6,94%
2002	130.996.839,00	3,89%	8,86%
2003	148.830.873,00	4,25%	8,76%
2004	134.436.982,00	4,59%	6,92%
2005	157.306.676,00	4,83%	7,33%
2006	163.499.594,00	3,86%	6,90%
2007	167.397.061,00	3,98%	6,44%
2008	167.352.837,00	4,07%	5,79%

Fonte: Ipeadata e Necessidades de Financiamento do Setor Público

Analizamos também a evolução do superávit primário e os gastos com o serviço (amortização e juros) da dívida, visto que os ajustes fiscais que buscam o

superávit primário afetam diretamente as contas nacionais, e são realizados em grande maioria para seguir com as regras básicas do FMI para os países subdesenvolvidos.

GRÁFICO 2:



Fonte: Ipeadata

O superávit primário manteve-se em média no valor de 4% do PIB durante o período analisado. É interessante verificar o que está por trás desta dinâmica de acumulação de capital via exportações, para pagamento de juros da dívida pública. Convencionou-se nas economias dependentes como a brasileira, sobretudo a partir dos anos 90, que a economia exportadora deveria balizar os esforços de superação do subdesenvolvimento, na medida em que traria divisas e faria com que o país participasse ativamente do ciclo das trocas mundiais.

Como conseqüência do hiato existente entre uma produção relativamente pujante e consumo insuficiente no mercado interno, faz-se necessário à classe dirigente nacional exportar grande parte de sua produção. Os altos índices de exportação são capazes de financiar o desenvolvimento industrial nacional, fazer a manutenção dos lucros dos agroexportadores frente à deterioração dos termos de troca e realizar os lucros do capital estrangeiro investido no Brasil.

O problema é que a pequena burguesia, que geralmente é voltada para a demanda do mercado interno, sofre o processo de racionalização de produção pela atuação do capital estrangeiro internalizado à economia dependente, uma vez que este último possui maior produtividade do capital. Ao mesmo tempo, por não conseguir atuar em pé de igualdade com as economias desenvolvidas, a classe dirigente interna compensa suas perdas no comércio internacional ao efetuar o que Ruy Mauro Marini (2000) chama de "superexploração" do trabalho, que faz com que

os trabalhadores domésticos sejam remunerados a um valor abaixo do mínimo necessário à sua sobrevivência.

Voltando a análise dos dados, para a melhor compreensão do orçamento do governo, vamos analisar também alguns dados sociais, a fim de elaborar questionamentos sobre o gasto público.

Primeiramente os dados referentes ao investimento público em educação são expostos na Tabela 2:

TABELA 2

Ano	Percentual do Investimento Público Total em Relação ao PIB			
	Total	Esfera de Governo		
		União	Estados e Distrito Federal	Municípios
2000	4,7	0,9	2,0	1,8
2001	4,8	0,9	2,0	1,8
2002	4,8	0,9	2,1	1,8
2003	4,6	0,9	1,9	1,8
2004	4,5	0,8	1,9	1,9
2005	4,5	0,8	1,8	1,9
2006	5,0	0,9	2,2	2,0
2007	5,1	0,9	2,1	2,0

Fonte: Inep/MEC

Tabela elaborada pela DTDIE/Inep.

Como foi dito anteriormente, as políticas públicas voltadas para o setor de saúde e educação foram suprimidas pelas políticas industriais ao longo da história brasileira. Contudo, durante os anos 90 e início do século XXI, o sistema de saúde recebeu um maior volume de investimentos públicos, mesmo que gradual. Já o sistema educacional parece ter sido esquecido pelo Estado, como indica a tabela acima. Entre 2000 e 2007, os investimentos públicos em educação como percentual do PIB tiveram uma média anual de 4,75% do PIB. Analisando os valores absolutos, de 2000 a 2007 os investimentos aumentaram apenas 0,4%, ou seja, ficaram praticamente estagnados. O Escritório das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) recomenda que este nível fique em pelo menos 6%, bem longe dos 5,1% em 2007.

As políticas públicas atuais voltadas para o setor de educação parecem ser inertes. Apenas o aumento do número de vagas nas universidades ou cotas, não é suficiente, pois o maior problema está no ensino básico. Apenas 5% de

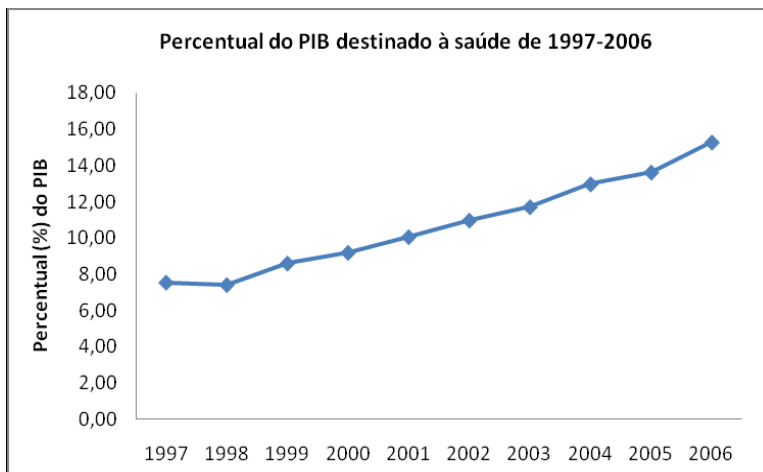
investimentos em educação em relação ao PIB não bastam. É necessário o aumento de recursos para que aconteçam maciços investimentos em construção e ampliação de escola, aquisição de novos livros, contratação de professores e profissionais ligados a área para que o Brasil tenha uma população capaz de entender as deficiências de sua sociedade.

Do ponto de vista econômico, a educação ensina a pensar. Com a intelectualidade é possível que a economia se desenvolva mais rapidamente caso fosse deixada ao acaso, através da produção de máquinas, habilidades de planejamento, gestão, etc.

Do ponto de vista social, a educação traz uma maior qualidade de vida para as pessoas. Ensina indivíduos a apreciar uma leitura, entender um filme ou uma peça ou entender regras de certo esporte. Promove a integração social. E o mais importante, ensina os indivíduos a entenderem a sociedade e seus direitos, sendo capazes de não aceitarem as coisas simplesmente como elas são.

Outros dados analisados são referentes à saúde pública, e o investimento do governo em relação ao PIB, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 3:



Fonte: Ipeadata

O Brasil possui uma das piores distribuições de renda do mundo, de forma que a maior parte da população não tem condições de utilizar hospitais ou clínicas particulares, necessitando do sistema público de saúde. Essas são algumas razões que evidenciam a necessidade de um sistema público de saúde eficiente.

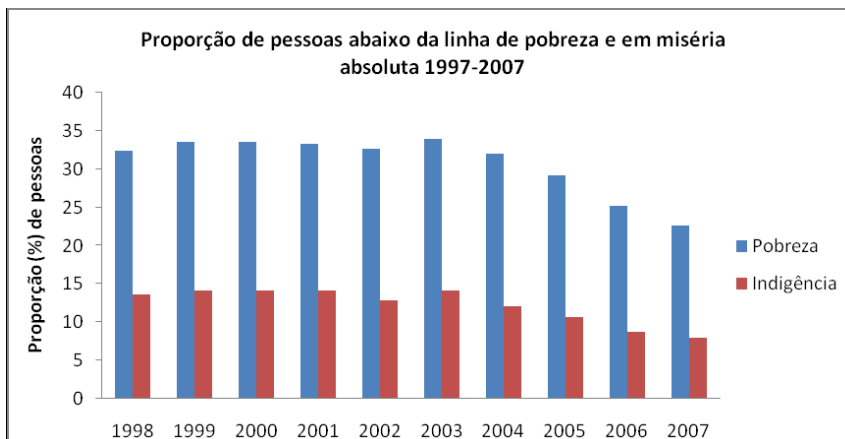
Nos últimos anos pode-se afirmar que o governo ampliou significativamente

os investimentos em saúde. É incontestável que, desde a criação do SUS, a qualidade dos serviços de saúde pública melhorou, o que não quer dizer que isso seja suficiente. Muitos dos programas realizados pelo Ministério da Saúde são de eficiência duvidosa, os hospitais e número de médicos e enfermeiras existentes não suportam a demanda da população, as filas são constantes nas portas dos hospitais públicos.

A maior crítica em relação ao sistema de saúde brasileiro é no sentido dos investimentos em instrumentos de gerência. Os recursos fornecidos para a saúde no Brasil vêm aumentando ao decorrer dos anos, mas é preciso uma maior atenção para melhorias no que concerne à gestão, com a missão de alcançar uma maior eficiência e integração da rede pública.

Novamente sobre a análise de dados, é interessante identificarmos os dados referentes à parcela da população que se encontra em estado de pobreza ou miséria, como demonstra a Gráfico 4, logo abaixo:

GRÁFICO 4



Fonte: Ipeadata

Não podemos negar que analisando estes dados, temos que o Brasil passou por uma significativa melhora nesses índices nos últimos anos, levando em conta que a população Brasileira vem sofrendo um processo de envelhecimento, isto é diminuição da taxa de natalidade e maior tempo de vida, que afetam essas estatísticas.

O governo federal vem criando programas de auxílio sociais, que visam distribuir uma parcela de renda para uma parte da população. Estes programas têm como base complementar a renda. O que significa transformar o pobre em um pouco menos pobre. Essa é a lógica do combate á desigualdade social do governo. Além

de essas políticas apresentarem uma melhora na vida das pessoas questionável, acabam criando uma relação de dependência com o governo.

Mesmo com suas limitações essas políticas têm confirmado sua eficácia, mas comparando a quantidade de verbas que o governo destina para o pagamento da dívida e o quanto para área social percebemos que mesmo com a alteração do presidente a prioridade do governo federal tem sido o compromisso com os banqueiros e não o combate da desigualdade social no país.

É claro que não podemos supor nesse trabalho qual seria o desenvolvimento do estado brasileiro no último período sem considerar os impactos que os empréstimos internacionais tiveram sobre a estruturação e formação da sociedade brasileira, mas podemos e devemos minimamente compreender o aperto financeiro sobre o orçamento da união que a dívida pública passada exerce, e qual sua relação para a dinâmica do desenvolvimento social brasileiro no futuro.

O que podemos indicar de mais importante para esse trabalho, é que a falta de planejamento estatal brasileira em meados do século passado, no que tange os moldes de adquirir financiamento para seu desenvolvimento industrial, e em certa medida na necessidade de obtenção de empréstimos externos para financiar o crescente déficit na balança comercial e na balança de pagamentos com o mercado internacional, foram fatores determinantes para alavancar o alto índice da dívida pública, e criar um ciclo vicioso para o futuro do estado brasileiro capitalista

No estado do bem estar social, status alcançado de desenvolvimento humano e social dos países centrais do sistema capitalista, e no qual é almejado por quase todos os países periféricos deste sistema, temos que os níveis de investimento do estado, em setores sociais, são gigantescos, e seus fluxos financeiros necessários para quitar dívidas com o capital internacional, são mínimos, em muitos casos temos o contrário, são instituições financeiras, ou mesmo investidores pessoais que adquirem uma renda externa vinda de empréstimos feitos no passado, essa renda na maioria dos casos são pagas para quitar os juros, ou outros encargos do custo da dívida, e raramente é o caso de abatimento do empréstimo total.

Portanto, a relação que o estado brasileiro possui com o impacto da sua dívida pública sobre o orçamento da União, não só condiciona o impedimento de uma maior dedicação para setores sociais e humanos, como cria uma relação de dependência para com setores da burguesia financeira de outros países.

Ao analisarmos a evolução de alguns índices sociais e econômicos de nosso

país, mais importante do que identificarmos alterações positivas em quesitos como educação, saúde, emprego e renda no último período, precisamos compreender a necessidade histórica que o nosso país possui quando falamos em serviços públicos para a população mais carente, e renda mínima para uma grande parcela de miseráveis.

Para discorrermos sobre a melhor maneira de planejar o futuro do estado, devemos entender quais são as principais limitações que o orçamento da União sofre hoje, como por exemplo, o grande ajuste necessário na balança de pagamentos, assim como o ajuste monetário e fiscal que temos que realizar, para quitarmos o serviço da dívida pública, que em certos pontos de nossa história chegou a níveis alarmantes, tais como um peso de cerca de 50% do orçamento geral, recentemente.

4.4 Contribuições políticas acerca da problemática da dívida pública

Além dos aspectos econômicos que concernem o sistema financeiro mundial, que estruturam o sistema mundial capitalista e realizam uma interação complexa entre as economias presentes no mercado capitalista global, podemos levantar algumas questões políticas sobre a problemática da dívida pública no que relaciona o caráter político desse endividamento.

Uma das principais críticas ao crescente endividamento dos países periféricos está na questão da soberania nacional; como se isso fosse possível dada à estrutura do desenvolvimento capitalista global; e podemos apontar alguns questionamentos sobre ela.

Em negociações chamadas de Projeto 2, que ocorreram em meados de 1983, segundo NERY (1986, pg. 74), o Banco Central brasileiro assinou um documento que aceita legalmente os Foros de Nova York e Londres na discussão de acordos e renegociações sobre a dívida pública brasileira. Outro ponto acordado explicitamente está na página 79 do referido acordo, onde o Brasil abre mão de sua soberania nacional na discussão do acordo, conseqüentemente, à sua imunidade jurisdicional.

Outras cláusulas deste mesmo acordo garantem totais condições de julgar,

cobrar e exercer direitos para os Bancos Privados externos no que tange as questões dos empréstimos, garantindo inclusive o direito de quitar parcelas antecipadas desses empréstimos caso seja o sentimento geral dos Bancos em relação às garantias que o Brasil assegure no pagamento.

Como vimos anteriormente sobre o funcionamento inter-estatal das economias capitalistas dentro do sistema mundial, e posteriormente na análise do ciclo de acumulação do capital produtor de juros dentro do sistema financeiro mundial, temos que a problemática da dívida cria uma situação de perpetuação da exploração do excedente econômico dos países periféricos pelos países centrais do sistema.

Para expor de modo mais adequado esse funcionamento, podemos descrever assim:

“de uma maneira resumida, o fenômeno do endividamento dos países do Terceiro Mundo situa-se dentro de uma lógica de acontecimentos iniciados em Bretton Woods, conspirado para que as economias dos países em desenvolvimento sirvam aos propósitos de dinamização da economia e das finanças dos países industrializados, e seguindo uma sucessão histórica que, de uma maneira extremamente simplificada, pode ser apresentada conforme o esquema abaixo:

- A) *Importação pelos países em desenvolvimento de bens produzidos nos países subdesenvolvidos*
- B) *Importação pelos países em desenvolvimento de capital e equipamento para a produção, nestes países, por empresas multinacionais dos bens antes importados*
- C) *Importação pelos países em desenvolvimento de insumos necessários à produção e ao consumo dos bens antes importados*
- D) *Tomada de empréstimos pelos países em desenvolvimento, para cobrir a elevação nos preços dos insumos, especialmente o petróleo e o capital, além de aumentar reservas, executar projetos desnecessários, etc.” NERY (1986, pg. 88)*

Portanto, além de perdermos nossa soberania nacional quando aceitamos abdicar de nossos direitos perante nosso sistema de contas público, perdemos também nosso direito de autodeterminação econômica do nosso Estado, pois importamos uma padronização dos níveis de consumo dos países centrais, criando e repercutindo a ótica acumulante que privilegia as economias centrais do Sistema Capitalista.

O estado brasileiro assumiu o papel central de impulsionador da indústria privada, respeitando sua dinâmica e imposições, atrelando uma política salarial que garanta a concentração de renda para formação de poupança, implantou-se infra-

estrutura necessária para garantir o desenvolvimento industrial dessa ótica exploratória, e caminhamos inevitavelmente para a busca de recursos que garantam essas ações, através do endividamento público.

Sobre esse modo de planejamento e desenvolvimento do setor produtivo nacional, analisando suas características ao longo da história, temos que:

“A realidade é que o setor produtivo nacional, que foi usado para justificar o endividamento inicial, como se este fosse causado por necessidade de poupança externa, é logo depois relegado pela política econômica e usado como instrumento de captação de recursos financeiros externos. Por sua vez, as estatais, cujos projetos eram em parte justificados para ocupar demanda para o setor privado nacional, são logo depois manipuladas para obtenção de recursos externos, inicialmente desnecessários ao País, e depois “necessários” apenas para pagar os compromissos assumidos pela própria dívida na sua etapa posterior” NERY (1986, pg. 92)

O desenvolvimento da economia capitalista brasileira aconteceu com várias características semelhantes em relação a outros países subdesenvolvidos, e o financiamento do estado via emissão de títulos da dívida pública foi um traço marcante. Não podemos supor como estaria a sociedade brasileira sem esses recursos presentes no decorrer de nossa história, mas podemos identificar, com base nos argumentos demonstrados anteriormente, alguns aspectos do peso dessa dívida no orçamento da união atual.

Sabe-se que quem controla o capital de empréstimo pode exigir garantias de empregabilidade desse capital, monitorando completamente o emprego dessa renda, como descrito abaixo:

“Em 19 de Novembro de 1901, um dos bancos berlinenses chamados bancos d (o nome dos quatro maiores bancos começam pela letra d) dirigiu ao conselho de administração do Sindicato do Cimento da Alemanha do Noroeste e do Centro a seguinte carta: “Segundo a nota que tornaram pública em 18 do corrente, no jornal tal, parece que devemos admitir a eventualidade de a assembléia geral do vosso sindicato, a celebrar em 30 do corrente, adotar resoluções suscetíveis de determinarem na vossa empresa modificações que não podemos aceitar. Por isso, lamentamos profundamente ver-nos obrigados a retirar-vos o crédito de que até agora gozavam... Porém, se a referida assembléia geral não tomar resoluções inaceitáveis para nós, e se nos derem garantias a este respeito para o futuro, estamos dispostos a iniciar negociações com a vista a abrir um novo crédito.” Lênin (1985, pg. 34).

É evidente que esse tipo de imposição tornou-se menos clara com o desenvolvimento do capitalismo e a própria evolução do sistema financeiro, mas assim como a aparência não explica a essência, quem controla o sistema financeiro internacional, que empresta o capital produtor de juros para os países periféricos, na forma da compra de títulos de dívida pública, esses capitalistas financeiros ainda comandam os rumos das nações dependentes destes ativos, como é o caso do

Brasil.

Juntamente com o compromisso de honrar o serviço da dívida, o governo também deveria honrar as dívidas sociais que possui perante o conjunto da nação, e respeitar os direitos dos brasileiros a acesso gratuito e de qualidade para serviços como saúde, educação, saneamento básico, moradia, segurança social, entre outros; visto que a maioria dos brasileiros honra com suas responsabilidades com o governo no que tange o pagamento de impostos.

A opção de desenvolvimento escolhida pelos governos nacionais, em partes foi pela pressão externa de adequação do modelo de crescimento com as medidas das cartilhas dos países centrais do capitalismo, tentando adequar para as nossas condições os estudos e aplicações de teorias que não condizem com a nossa realidade, enraizaram nas contas nacionais atuais os gastos e cautelas acerca da problemática da dívida.

Ao analisarmos a política econômica da década de 90 para cá, onde realizamos várias medidas de austeridade fiscal, estabilização monetária, liberações de relações econômicas e sociais, concessão de setores estratégicos para a iniciativa privada (na maioria das vezes internacional), assim como pede a cartilha de desenvolvimento das instituições financeiras internacionais neoliberais, podemos constatar que não tivemos ganhos significativos em termos de qualidade de vida e distribuição de renda, enquanto nosso país permanece vítima das relações internacionais de exploração do capital financeiro global.

A atual fase do ciclo de acumulação capitalista pode ser definida como o imperialismo, pois é exatamente a aliança entre o capital bancário e o capital industrial, com a criação e exploração do capital financeiro dentro do circuito de crédito internacional, através de capitais cada vez mais centralizados e monopolizados, controlando as finanças globais.

Ocorre que o capital financeiro externo, ao entrar no país para qualquer que seja o seu fim, com certeza ele está em busca de uma contrapartida, uma forma de valorizar-se, ocasionando uma remessa futura de divisas, através de envio de lucros, dividendos, royalties e outros serviços.

Para alcançar a economia monetária necessária para remunerar o capital externo, o governo precisa garantir boas taxas de superávit comerciais, ou privatizar empresas públicas, oferecer vantagens para os investidores estrangeiros (como alto valor de juros, por exemplo), conseguir novos empréstimos, ou

desvalorizar sua moeda.

Uma das debilidades do governo brasileiro, e da maioria dos países subdesenvolvidos, é a não percepção que os meios de financiamento possuem limites, as privatizações chegam a um fim (sem mencionar o fato de assalto internacional das nossas riquezas, e liberação de setores estratégicos do Estado para a iniciativa privada), a desvalorização cambial traz impactos negativos como positivos, os empréstimos contraídos geram dívida futura, e os juros de títulos necessitam ser cada vez maiores para comportar a crescente dívida. Em outras palavras, estamos entrando em um cataclismo financeiro exploratório gigantesco, e não tomamos atitudes para mudar esse panorama.

Podemos considerar como exemplo a chegada da crise de 2008, onde muitos governos e bancos centrais, assim como o Estado brasileiro, realizaram cortes em seu orçamento, para readequar as contas perante as quedas de faturamento. Portanto, em momentos de crises do sistema, e de queda na taxa média de acumulação (exploração de mais-valia), os governos devem cortar gastos, para incentivar o consumo e a atividade econômica, e, ao mesmo tempo, os gastos com o serviço da dívida são cumpridos criteriosamente.

Se observarmos que nesta mesma crise, a super acumulação do capital financeiro, através do capital fictício presente nas alavancagens de títulos, e no fato dos mercados financeiros estarem estreitamente entrelaçados dentro das contas nacionais e da sociedade como um todo, causou bolhas de especulação, que ao serem rompidas pelas crises de superprodução do mesmo capital financeiro, afetam diretamente o Estado nacional como um todo.

Com o rompimento das bolhas especulativas, foi necessária uma intervenção dos estados centrais do sistema capitalista, onde valorizações abusivas do capital produtor de juros que beneficiaram apostadores durante anos de exploração acabaram sendo incorporadas como gastos, déficits e dívida pública. Assim, recaí sobre o conjunto da sociedade o peso das atitudes extremamente especulativas que investidores privados e individuais tomaram.

O capital fictício que dentro do ciclo de acumulação financeira, criou um novo valor, durante anos conseguiu estabelecer altos padrões de rentabilidade, em momentos de crise de superprodução intrínsecas ao sistema capitalista, cria sua própria destruição, mas, por outro lado, como observamos neste trabalho, o fato de legislações que protejam o rendimento dos ativos, do mercado de títulos ter peso

grandiosamente relativo no financiamento nacional, de ferramentas de controle social e econômicos dos países centrais sobre os periféricos, e de outros mecanismos diversos, fazem com que o preço monetário, financeiro e real dessa exploração não seja descontado na contas dos detentores dos capitais, e sim na população como um todo.

Temos que hoje somos um país típico da periferia do sistema capitalista global, onde ainda possuímos uma alta concentração de renda e de propriedade, enfrentamos sérios problemas estruturais acerca dos serviços públicos, a segurança pública é um caos, e ainda temos uma grande parte do nosso orçamento anual ligado ao fluxo financeiro internacional, distribuindo rendimentos aos detentores dos títulos da dívida pública, interna e externa, fato que limita as perspectivas de mudanças em um curto período de tempo, e perpetua nossa condição de subdesenvolvidos.

Se durante anos condicionamos nosso caminho de formação como nação aos interesses do capital mundial, onde, como demonstramos na análise histórica a proteção aos rendimentos do capital financeiro foram garantidos, nessa mesma época continuamos e enfrentar problemas estruturais de distribuição de renda e de nível de qualidade de vida para a população em geral, e no menor sinal de crise financeira, é a população como um todo que deve sofrer os danos da superprodução e acumulação desenfreada do capital fictício, nos períodos de recessão, via mecanismos que mencionamos acima, não seria tempo de pensarmos em um novo modo de desenvolvimento e outras prioridades a serem definidas?

É claro que medidas diretas de combate a esta dependência do capital externo (e por conseqüência ao mercado financeiro e aos títulos da dívida pública) podem ser tomadas (como auditoria soberana da dívida, suspensão de pagamentos, renegociação ou cancelamento de contratos), mas não sem causar retaliações econômicas e legais dentro do sistema legal capitalista, denegrindo nossa imagem como país propício para o investimento internacional.

Devemos questionar até que ponto vale à pena sermos considerados como uma nação de bom ambiente de negócios dentro do capitalismo global, visto que depois de anos de seguimento das vontades destes capitais, continuamos com nosso estado de país atrasado, e dependente dos mesmos mecanismos que julgam e direcionam o nosso desenvolvimento.

Muitos economistas e políticos dão o assunto dívida pública como encerrado, onde os compromissos devem ser honrados para a manutenção da imagem e posição do Brasil em relação à inserção global. Seria irresponsável desta análise não questionar esses argumentos, mesmo tendo espaço e condições limitadas.

Se este modelo econômico não é suficiente, por qual razão deveríamos pagar por algo que historicamente já foi pago (razão da necessidade de uma auditoria)? Por que devemos arcar com responsabilidades financeiras, e as sociais serem deixadas de lado? Quais os motivos de continuarmos respeitando as imposições da dívida, e ao mesmo tempo ela só aumentam seu peso e reflexo nas contas nacionais?

Se o governo argumenta que os credores são responsáveis pelo financiamento do estado, por isto a sua importância, mas se por outro lado, o orçamento do estado, serve em primeira instância, para o pagamento de juros e rendas aos credores, não seria esse cenário um ciclo vicioso? Uma medida contrária a esta lógica pode prejudicar o estado brasileiro, em termos de desenvolvimento econômico, mas, da mesma forma, a ausência de uma atitude só irá corroborar com a perpetuação desse panorama de desigualdade atual.

Sobre o modelo de desenvolvimento nacional, e os questionamentos pertinentes aos limites do sistema capitalista realizados, podemos chegar à mesma constatação de Lênin (1985, pg. 34), descrita abaixo:

"Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação "lucrativa"."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa monografia foram levantados importantes dados históricos sobre a evolução do financiamento estatal via emissão de títulos, demonstrando o arcabouço legal que normatiza o mercado destes ativos financeiros, a luz da derivação marxista do capital portador-de-juros dentro do sistema de crédito internacional, que se expande, concentra-se e valoriza-se através de relações cada vez mais dinâmicas e profundas dentro da acumulação do capital financeiro.

No que cerne o desenvolvimento da nação, devemos lembrar que o país está incluso em uma economia global, onde as relações comerciais e sociais devem ser consideradas como fruto do modo de produção capitalista mundial, em sua fase atual de Imperialismo.

Não é grande o número de pesquisas acerca desta problemática da dívida, especialmente sobre a perspectiva de análise marxista das finanças públicas, mas este trabalho pode contribuir para que a história econômica seja analisada do ponto de vista da exploração entre os detentores internacionais de capitais, e sua relação endógena de acumulação de mais-valor dentro dos países periféricos, através do mecanismo da dívida pública.

Apontamos que a formação do estado Nação brasileiro, e conseqüentemente toda a sua estrutura administrativa e orçamento geral, foram constituídos historicamente através de fontes extras de financiamento, normalmente através da contratação de empréstimos ou emissão de títulos da dívida pública.

A formação do arcabouço legal que legisla sobre a estrutura dos títulos públicos foi amplamente modificada ao longo do nosso caminho. Vimos que várias vezes em nossa história planos econômicos de renegociação de títulos, com a mudança de formato e juros foram largamente lançados. Se no começo do Brasil Império, e até mesmo no início do período Republicano, sofremos com a falta de credibilidade, liquidez e fungibilidade dos nossos títulos, que constantemente eram renegociados, modificando características do anterior, como remuneração, indexação, portabilidade. Temos que, com a ascensão do governo militar, e uma maior interação da economia nacional no mercado externo, a estrutura do sistema de crédito brasileiro foi modificada drasticamente. Um mercado desenvolvido,

controlado e acessível, do ponto de vista burocrático e operacional, foi criado para fomentar o adequado ambiente para proliferação do capital financeiro.

Ainda sobre perspectivas marxista, no que se refere ao financiamento estatal, e o desenvolvimento das contas nacionais, a dívida pública atua como parcela da massa global de capital de empréstimo real da economia, demandada pelo Estado, e transformada em capital de empréstimo fictício na forma dos títulos da dívida pública.

No processo de reprodução econômica, mais precisamente sobre o sistema de crédito internacional, e sua organicidade, temos que o ciclo de valorização do capital produtivo é a origem da acumulação de valor que fornece os componentes que alimentam a reprodução do capital social, materializado na forma de capital bancário e crédito comercial.

Foi exposto que o sistema de dívida pública é uma forma necessária ao desenvolvimento do capitalismo, mesmo por que, corresponde como parcela necessária para o financiamento dos estados, e possuem papel central na formação dos mercados estruturados de crédito.

Dentro do processo de acumulação, o capital portador-de-juros realiza uma relação dialética com o seu meio, transformando-se e buscando novas formas de acumular riqueza passada e explorada. Quando da emissão de títulos da dívida pública, o sistema de crédito desenvolvido dá condições para a negociação dos títulos com imensa facilidade e rapidez.

É função do Estado capitalista brasileiro garantir as melhores formas de rendimentos para o capital financeiro mundial, visto seu cunho de classe e de dominação e exploração baseado nos interesses dos capitalistas, como foi demonstrado ao longo da análise.

A função mobilizadora do capital de empréstimo exige que a dívida pública tenha uma característica emissora baseada em títulos de médio prazo de vida, com capacidade de serem resgatados em períodos fixos e pouco dispersos, fatores que garantem a existência de um mercado regular, capaz de satisfazer os interesses de conversibilidade de capital fictício em capital de empréstimo de diferentes aplicadores, sustentar a cadeia de trocas de títulos de crédito, servindo como referência de todo o sistema de crédito.

A dívida pública funciona como uma forma do sistema de produzir destruição de capital de empréstimo, combinando fatores das duas formas expostas por Marx.

De um lado, o Estado ao se endividar absorve capital de empréstimo que proporciona os meios para aquisição de valores de uso, os meios produtivos retirados da economia e utilizados pelo Estado são de fato destruídos enquanto valores de troca, porém, a depender do uso que se mantém as suas formas materiais. Em momentos de retomada cíclica, podem novamente tornar-se parte do capital social, como por exemplo, no amplo processo de privatização de empresas públicas que ocorreu nas últimas duas décadas em quase todos os países

O capital de empréstimo destruído é parte da massa de valores sobre-acumulados, o que causa efeito parecido com a destruição de capital efetuado em processos de crise, dando vazão valorativa para a massa de capital que continua no processo reprodutivo. Do mesmo modo, o capital fictício decorrente da —titulizaçãoll do Estado, ao ser desvalorizado e, na medida em que não gere —abaloo do crédito dos capitalistas industriais que detém aqueles papéisll, resulta em transferência nominal de riqueza, o que pode em tese proporcionar melhores condições para retomada do ciclo reprodutivo, isso se, conforme Marx, considerarmos *“que os novos ricos que colhem nas baixas tais ações ou papéis, em regra empreendem mais que os antigos detentores”* MARX (1987, pg. 932).

Durante toda a nossa história como nação independente, respeitamos as imposições limitadoras que o serviço da dívida nos causa, em relação ao financiamento externo, exceto no calote momentâneo da década de 80.

Se por um lado é impossível concebermos um universo paralelo de modelo de desenvolvimento, onde os fluxos financeiros internacionais não estiveram presentes na gestão, orçamento e realização das contas públicas, por outro lado, é cabível observarmos as limitações estruturais que o nosso modelo de desenvolvimento possui.

Ao contrairmos empréstimos, emitirmos títulos de dívida condizentes com a lógica expansionista do capital financeiro internacional recebeu um montante financeiro que serviu para ações estatais. Vimos que se por um lado o orçamento do estado precisa dessa forma de financiamento, do mesmo modo o orçamento do Estado brasileiro atual está restrito por causa do ônus da dívida acumulada no passado.

Se o ciclo de expansão da dívida traz consigo características limitantes vindas do seu passado, qual deve ser o ponto de inflexão dessa dependência? Se por um lado permanecemos gastando com os juros e amortizações de

empréstimos, condicionantes para a melhor posição do Brasil como ambiente para especulação do capital fictício parasitário, por outro, mantemos nossa dependência a financiamentos externos, dado a limitação de nosso orçamento.

A posição dependente da economia brasileira implica em déficits permanentes com o exterior, devido às remessas de lucros e juros e ao pagamento de serviços. Os déficits em serviços ocorrem em grande parte devido ao controle que o capital estrangeiro possui das tecnologias envolvidas nos processos de produção e das principais infra-estruturas internacionais de transportes e comunicações. Estas remessas são as principais vias pelas quais se estabelece a extração de excedente econômico do Brasil por parte do capital estrangeiro. Para melhorar o saldo da balança comercial, o Estado precisa fornecer novos privilégios para atrair o capital externo, e aumentar o seu endividamento público.

No final das contas, o novo capital estrangeiro e a dívida externa pública também terão que retornar ao exterior somado a juros e lucros. A via do ingresso de mais capital estrangeiro acaba resultando na reprodução ampliada da dependência.

Os títulos da dívida, e suas remunerações, sempre foram preocupações centrais para o governo brasileiro, mas não deveria ser a essência das ações do governo o bem estar da população em geral?

É também essencial questionar a política macroeconômica dominante, e a sua aliança com os alicerces do modo de produção capitalista, para compreendermos os limites históricos de nosso desenvolvimento, e criarmos novos processos decisórios e políticas públicas.

Este trabalho traz contribuições sobre o entendimento da estruturação, evolução e formação histórica do mercado de títulos da dívida pública brasileira, demonstrando sua relação direta com o círculo de acumulação global do capital financeiro, atuando como capital fictício no sistema de crédito internacional, causando relação de dependência do orçamento da União com os compromissos de rentabilidade de juros e de amortizações de dívidas contraídas no passado.

Outros trabalhos podem aprofundar o sistema de Marx de circulação do capital produtor de juros, assim como elaborar de forma mais analítica e supositiva alternativas políticas a serem tomadas acerca da problemática da dívida pública no decorrer do desenvolvimento do estado brasileiro, e quais as melhores alternativas para o futuro da nação sobre o cenário de mudanças das políticas e prioridades econômicas e sociais de nosso país.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, M de P. **A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931**, Estudos Econômicos, 15 (2), 1985.
- ANDIMA. **Relatório Econômico**: Dívida pública: propostas para ampliar a liquidez. Rio de Janeiro, 2003.
- ANDIMA. **Séries históricas**: dívida pública. Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto, 1994.
- BALEEIRO, A. **Uma introdução à ciência das finanças**. 11. ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense, 1976.
- BOUÇAS, V. **História da dívida externa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Financeiras S.A., 1950.
- BRANDÃO, C. **Dívida pública e mercado aberto no Brasil**. Andima (Coleção mercado aberto, n. 3). Rio de Janeiro: Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 94p.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. **Sobre a ilusória origem da mais-valia**. Crítica Marxista, São Paulo: BOITEMPO Editorial, n. 16, p. 76-95, 2003.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaio FEE, v. 20, nº 1, pp. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.
- CARNEIRO, Dionísio. **Crise e esperança**: 1974-1980. A ordem do progresso. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos** In: CHESNAIS, F. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- De BRUNHOFF, Suzanne. **A moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____, Suzanne. **Estado e capital: uma análise da política econômica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

DUMENIL, G. & LEVY, D. **Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo.** In: CHESNAIS, F. et al. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xama, 2003.

GERMER, C.M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito: o dinheiro segundo Marx.** Inst. Economia/Unicamp: Campinas. Tese de Doutorado. Mimeografado, 1995.

GREMAUD, Amaury Patrick; BRAGA, Márcio Bobik; **Experiences in Exchange Rate Policies in Latin America in The 90s: History and Perspectives.** In Eisen, Roland (Ed.). Supranacional Cooperation and Integration Frankfurt: Peter Lang, 2002, p. 45-59.

HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista.** Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1990.

HILFERDIG, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEÃO, A. A. C. **A dívida interna pública.** 2003. Mimeografado.

LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1985.

_____. **Sobre o Estado.** In: Obras Escolhidas. Lisboa: Edições Avante, 1986, tomo 4.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado.** Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MARX, K. **Manuscrito Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (seleção de textos de Jose A. Giannotti). São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. **O Capital: crítica da economia política, v. I, II e III.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/DIFEL, 1981 (1987).

MINISTÉRIO DA FAZENDA (1946) **História da Dívida Externa da União,** Rio de Janeiro: Conselho Técnico de Economia e Finanças.

NERY, Sebastião; FURTADO, José Alencar. BRASIL. CONGRESSO. CAMARA DOS

DEPUTADOS. **Crime e castigo da dívida externa.** Brasília, DF: Dom Quixote, 1986. 170 p.

SILVA NETO, A. L. **Dívida pública interna federal:** uma análise histórica e institucional do caso brasileiro. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, jun.1980.

Sítios eletrônicos

ANDIMA. Associação Nacional das instituições do mercado financeiro. Disponível em <<http://www.andima.com.br>> Acesso em 10 de abril de 2010.

BCB. Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/>> Acesso em 28 de abril de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 01 de maio de 2010.

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Disponível em <<http://www.ibre.fgv.br/>> Acesso em 07 de maio de 2010.

IMF. Internacional Monetary Found. Disponível em: <<http://www.imf.org>> Acesso em: 03 de Maio de 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 9 de junho de 2010.

Ministério da Fazenda do Brasil. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/>> Acesso em 06 de maio de 2010.